Operação Urbana Centro

Projetos Colocalizados P3

Revisão 0

São Paulo
Setembro 2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO URBANO

SP-Urbanismo
SÃO PAULO URBANISMO

SUMÁRIO

Projetos colocalizados **pg 3**

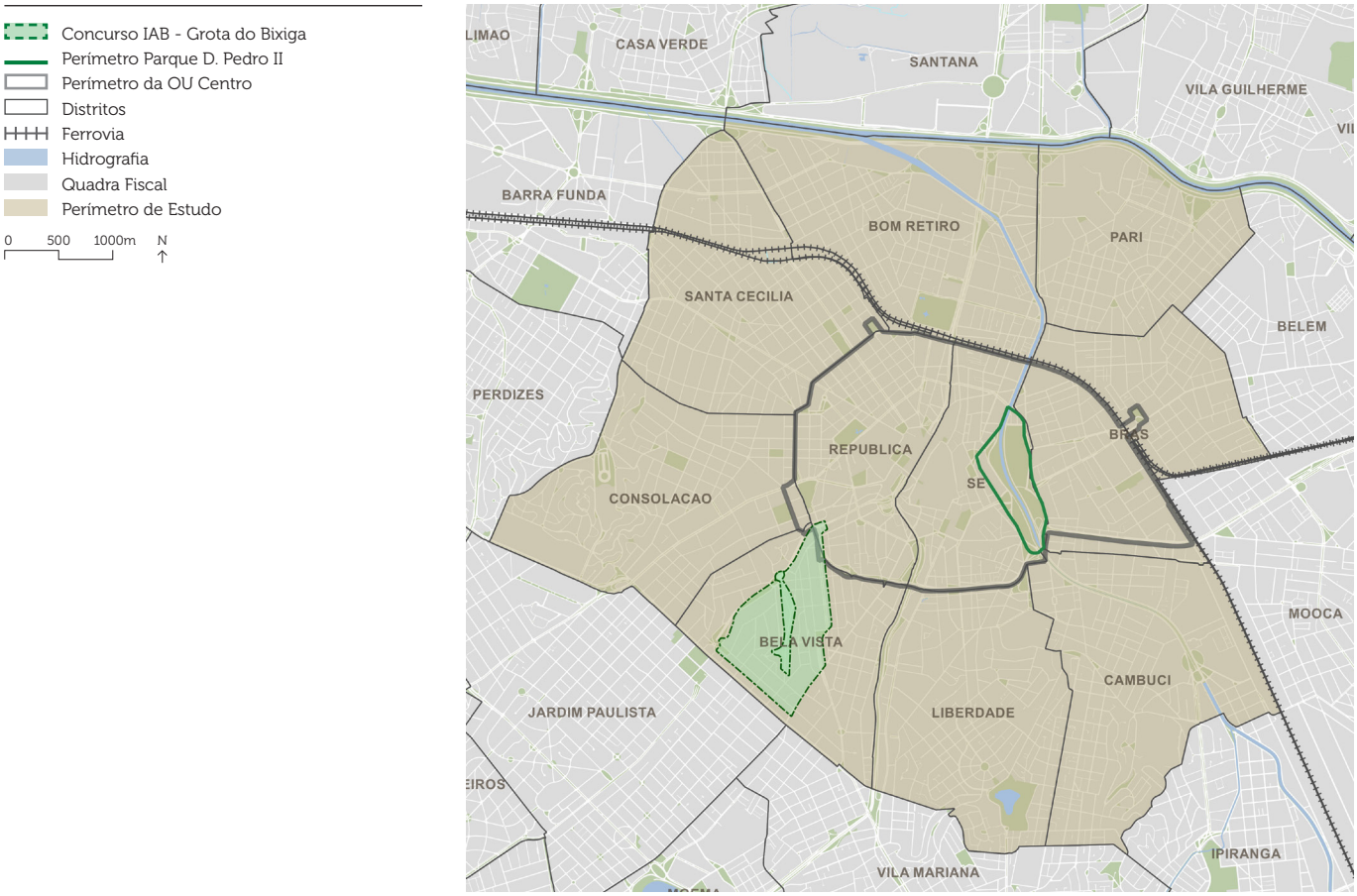
1. Ambiental **pg 3**
2. Cultural **pg 8**
3. Desenvolvimento Econômico **pg 10**
4. Habitacional **pg 13**
5. Intervenções em Espaços Públicos **pg 18**
6. Mobilidade **pg 35**
7. Saúde **pg 42**
8. Urbanismo **pg 43**

Ficha técnica **pg 94**

PROJETOS COLOCALIZADOS

Os projetos colocalizados são aqueles definidos por Agentes Públicos, Município, Estado ou União, ou em Parceria Público-Privada, que impactam diretamente na área de estudo da revisão da Operação Urbana Centro. Estes projetos foram agrupados em temas, sendo eles de caráter Ambiental, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Habitacional, Intervenções em Espaços Públicos, Mobilidade, Saúde e Urbanismo.

1. AMBIENTAL



1.1. Concurso IAB – Grota do Bixiga[1]

A proposta para a Grota do Bixiga é fruto de um concurso idealizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) chamado Concurso Nacional Ensaios Urbanos: Desenhos para o Zoneamento de São Paulo. A proposta elaborada pela equipe liderada pelos arquitetos Newton Massafumi Yamato e Tânia Reina Parma apresenta, baseada em análise ambiental, proposta de zoneamento que almeja reverter o quadro atual – tamponamento do Córrego Saracura, pontos de enchentes, ilhas de calor, baixa cobertura vegetal, impermeabilização do solo, restabelecendo o ciclo natural responsável pela boa qualidade da ambiência urbana.

Para se alcançar tais objetivos a proposta concentra-se na definição de dispositivos e parâmetros de zoneamento, estudado em diferentes Microzonas, tendo cada uma delas um papel estruturador para a finalidade pretendida dentro dos limites da sub-bacia do Córrego Saracura Pequeno.

O projeto estabelece ferramentas urbanísticas para a promoção da retenção temporária e o controle do escoamento superficial das águas pluviais (minimizando os pontos de alagamento e enchentes), para além de reestabelecer a recarga do lençol freático através do aumento das áreas permeáveis.

[1] Concurso Nacional Ensaios Urbanos: Desenhos para o Zoneamento de São Paulo
http://www.iabsp.org.br/M2_pranchas_projeto_08.pdf

O zoneamento proposto engloba três Microzonas, definidas como: Microzona 1 - Núcleo da área de interesse ambiental; Microzona 2 - Entorno 1 da área de interesse ambiental; Microzona 3 - Entorno 2 da área de interesse ambiental, cada uma com parâmetros específicos.

As microzonas trazem as seguintes especificações:

Microzona 1
Núcleo da área de interesse ambiental: pretende-se a implantação de vegetação nativa da Mata Atlântica, com propósito de restauração do sistema ambiental, visando o aumento da permeabilidade do solo, intensificação da evapotranspiração e da renaturalização das nascentes e da cabeceira do córrego Saracura Pequeno.

TO - 50%, CA – 4. Permitido intervenções nas edificações somente para reformas internas, aumento da permeabilidade e incremento da vegetação nas áreas abertas e livres. CA 4 a ser praticado somente na transferência do potencial construtivo, a ser aplicado nas Microzonas 2 e 3. Construções deverão ser executadas obedecendo a pilotis de 9 metros de altura para a preservação da declividade da encosta e sua vegetação de suporte. Obrigatório a instalação de reservatório para a retenção de águas. Não permitido edificação e/ou garagem no subsolo. Usos permitidos: cultural, esportivo e de recreação.

Microzona 2
Entorno 1 da área de interesse ambiental: Uso misto, TO - 50% e CA – 4. Permeabilidade 0,30. A transferência do potencial construtivo poderá ser aplicado na microzona 3 e no distrito da Bela Vista. Obrigatório a instalação de reservatório de retenção de águas pluviais na proporção de 500litros a cada 500,00m² de área construída.

Microzona 3
Entorno 2 da área de interesse ambiental: Uso misto, TO - 70% e CA – 4. Permeabilidade - 0,10. Obrigatório a instalação de reservatório para a retenção de águas pluviais na proporção a ser definida em função de estudos deste escoamento em relação à área construída e/ou impermeabilizada.

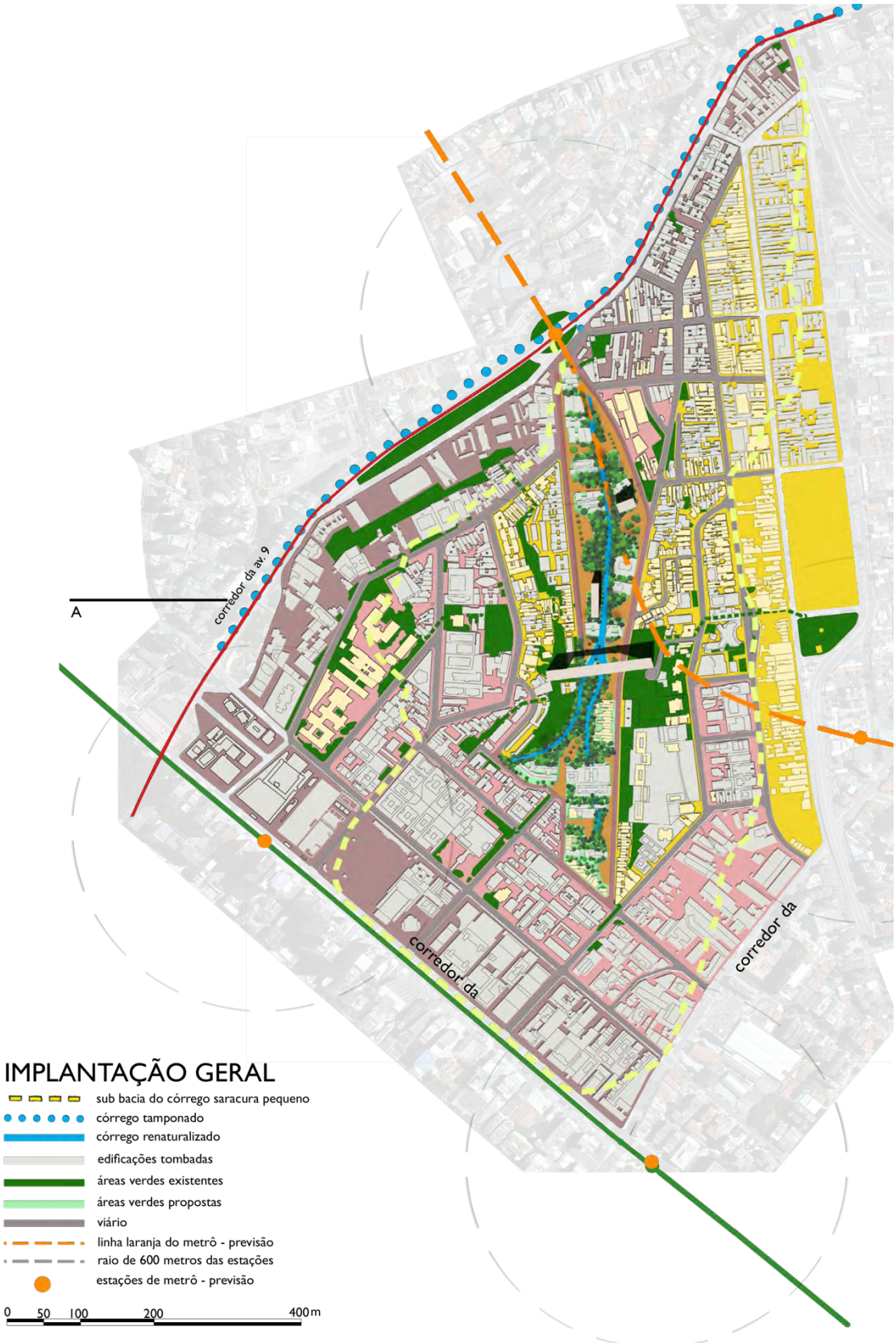


Imagem: Concurso Nacional Ensaios Urbanos: Desenhos para o Zoneamento de São Paulo - http://www.iabsp.org.br/M2_pranchas_projeto_08.pdf

[2] Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, São Paulo Urbanismo, FUPAM, UNA Arquitetos, H+F Arquitetos e Metrópole Arquitetos. Parque Dom Pedro II – plano e projeto. Imprensa Oficial – Governo do Estado de São Paulo, 2012.

1.2. Projeto Parque Dom Pedro II[2]

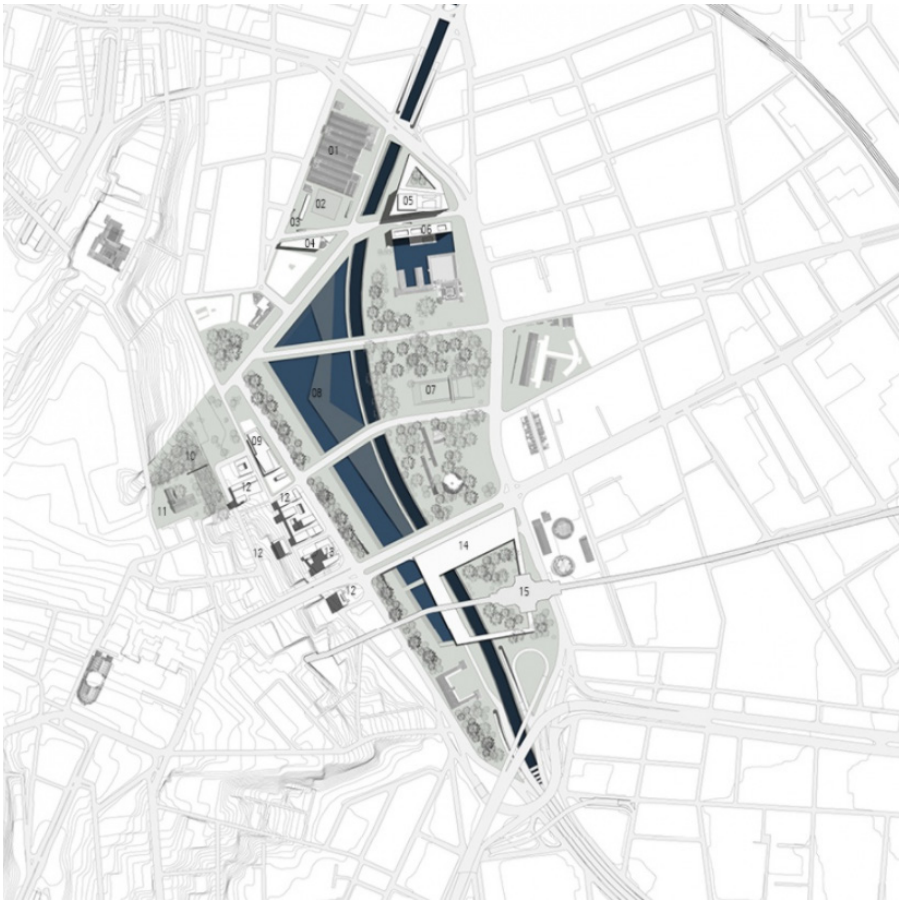
Projeto desenvolvido até a etapa Preliminar, elaborado pela SMDU / São Paulo Urbanismo / FUPAM / Escritórios UNA Arquitetos, H+F Arquitetos e Metrópole Arquitetos, estabelece plano urbanístico para o Parque Dom Pedro II, que para além de seu intrínseco caráter ambiental – requalificação paisagística, drenagem e atividades de lazer e esporte, o interpreta como um nó articulador, posição estratégica para o sistema público de mobilidade urbana, equipamentos culturais e educacionais.

A análise urbana baseou-se nos atributos geográficos, no processo de urbanização da cidade, considerando as inúmeras obras viárias incorporadas ao longo do último século. A proposta parte, consequentemente, da análise das dinâmicas sociais e urbanas que caracterizaram o processo de transformação da área. Assim sendo, foi pertinente expandir o perímetro de análise para além das bordas do próprio parque, englobando os bairros do entorno com o intuito de irradiar a requalificação urbana.

O objetivo desta proposta, apresentada em um estudo preliminar, reside em racionalizar os modos de transporte, garantir a melhor funcionalidade do Parque e seu entorno, além de reestabelecer seu caráter urbano simbólico.

PLANO URBANÍSTICO PARA O PARQUE DOM PEDRO II.

http://www.unaarquitetos.com.br/site/projetos/fotos/188/plano_urbanistico_parque_dom_pedro_ii Acessado em 01 de Setembro de 2017.



1.3. Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê (PDMAT)

Plano do Governo do Estado de São Paulo com objetivo de diagnosticar problemas na Bacia do Alto Tietê e determinar, técnica, econômico e ambientalmente, soluções para minimizar inundações.

1.4. Plano da Bacia do Alto Tietê

Elaborado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, objetiva a proteção das áreas de mananciais, melhoria da qualidade da água e controle de inundações.

1.5. Projeto Tietê

De responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP tem como objetivo a duplicação da capacidade de tratamento de esgotos e a ampliação do sistema de coleta e afastamento de esgotos.

1.6 Programa Córrego Limpo

Elaborado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em parceria com a Prefeitura de São Paulo tem como objetivo o desenvolvimento de ações integradas para despoluição dos córregos da cidade de São Paulo.

1.7 Programa 100 Parques[3]

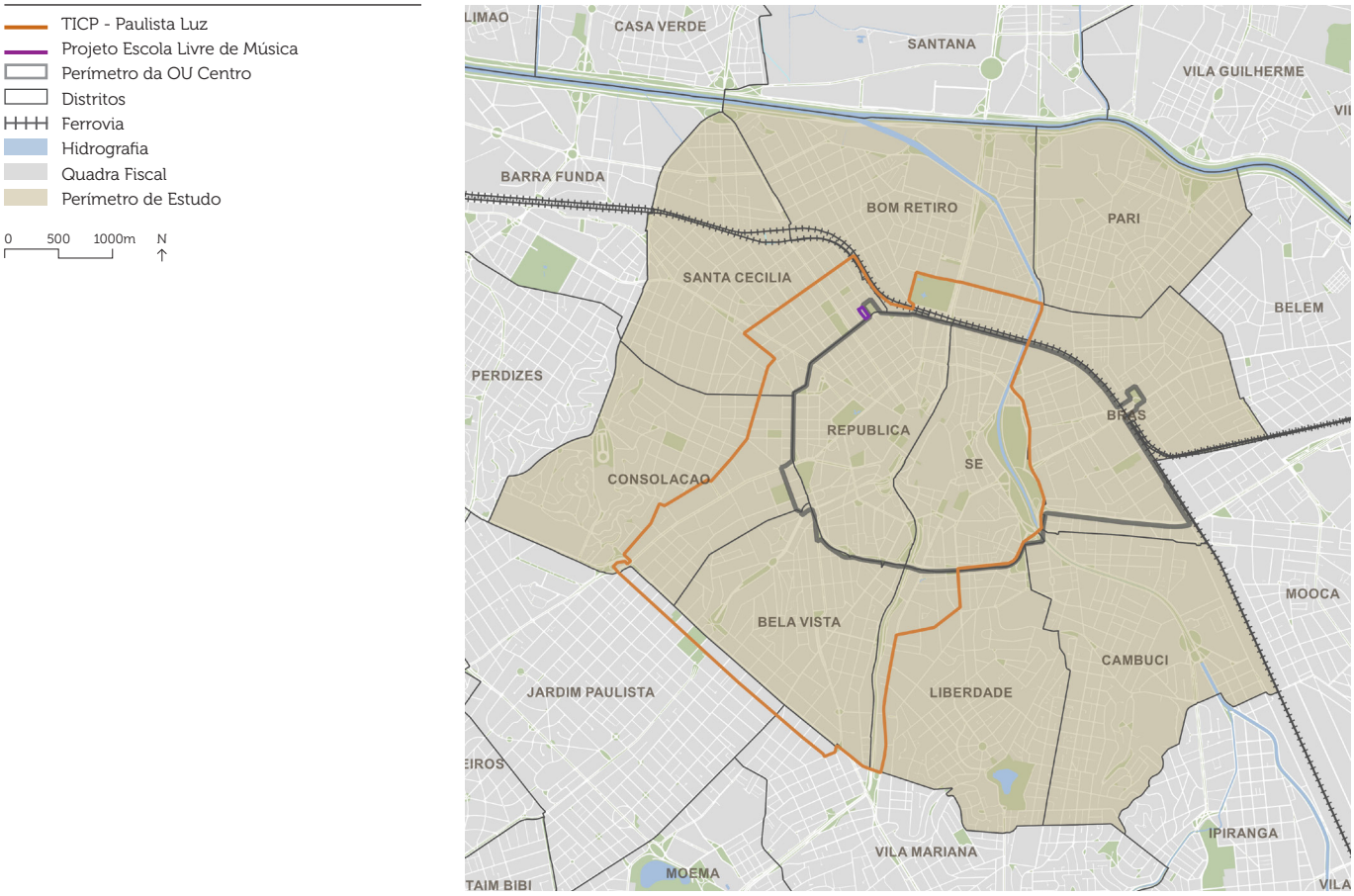
O programa, desenvolvido pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente – SVMA em 2012, foi construído em consonância com as recomendações da Rio /1992, incorporando estratégias para o desenvolvimento sustentável como uma diretriz básica do seu planejamento. Outros importantes acordos Internacionais foram considerados no desenvolvimento do programa, tais como as duas Convenções e seus respectivos Protocolos: Clima /Aquecimento Global / Protocolo de Kyoto e Biodiversidade / Protocolo de Nagoya.

Para a identificação de políticas específicas os parques foram divididos em três tipos: urbanos tradicionais, lineares e naturais.

O objetivo era implantar em curto prazo 10 novos parques, que totalizariam 100 Parques implantados no Município de São Paulo.

[3] Guia dos Parques Municipais de São Paulo
3ª edição - Atualizada e Revisada. Prefeitura de São Paulo
Secretaria do Verde e Meio Ambiente.
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/publicacoes/guia_dos_parques_3.pdf

2. CULTURAL



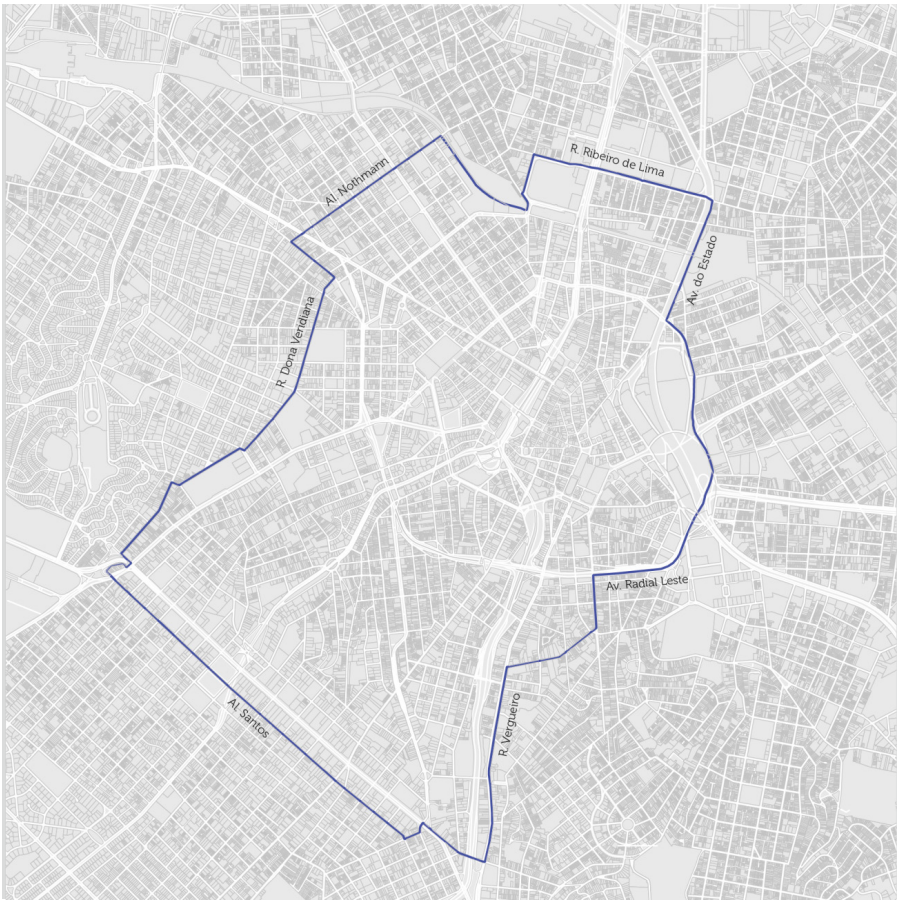
2.1. TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista / Luz. [4]

O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem - TICP foi instituído pelo Plano Diretor Estratégico – Lei 16.050 /2014 e delimita área que concentra grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade cultural e turística. O TICP Paulista/Luz inclui o centro histórico da cidade e o centro cultural metropolitano. Entre seus objetivos estão: (1) estimular iniciativas locais de caráter cultural, educacional e ambiental, (2) ampliar a abrangência do conceito do direito à cidade, (3) valorizar a memória, (4) promover o entendimento dos processos urbanos e ambientais, (5) estimular o desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, (6) definir instrumentos de incentivo e apoio às atividades ligadas à cultura, educação, arte e meio ambiente visando a geração de renda e o desenvolvimento local e regional sustentável, (7) criar meios de articulação entre diferentes TICP, visando proporcionar o intercâmbio de saberes e experiências.

[4] Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014. Seção II, Artigos 314, 315 e 316. Pgs 139-140

TERRITÓRIO CULTURAL PAULISTA LUZ

Quadro 12 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei 16.050 /2014



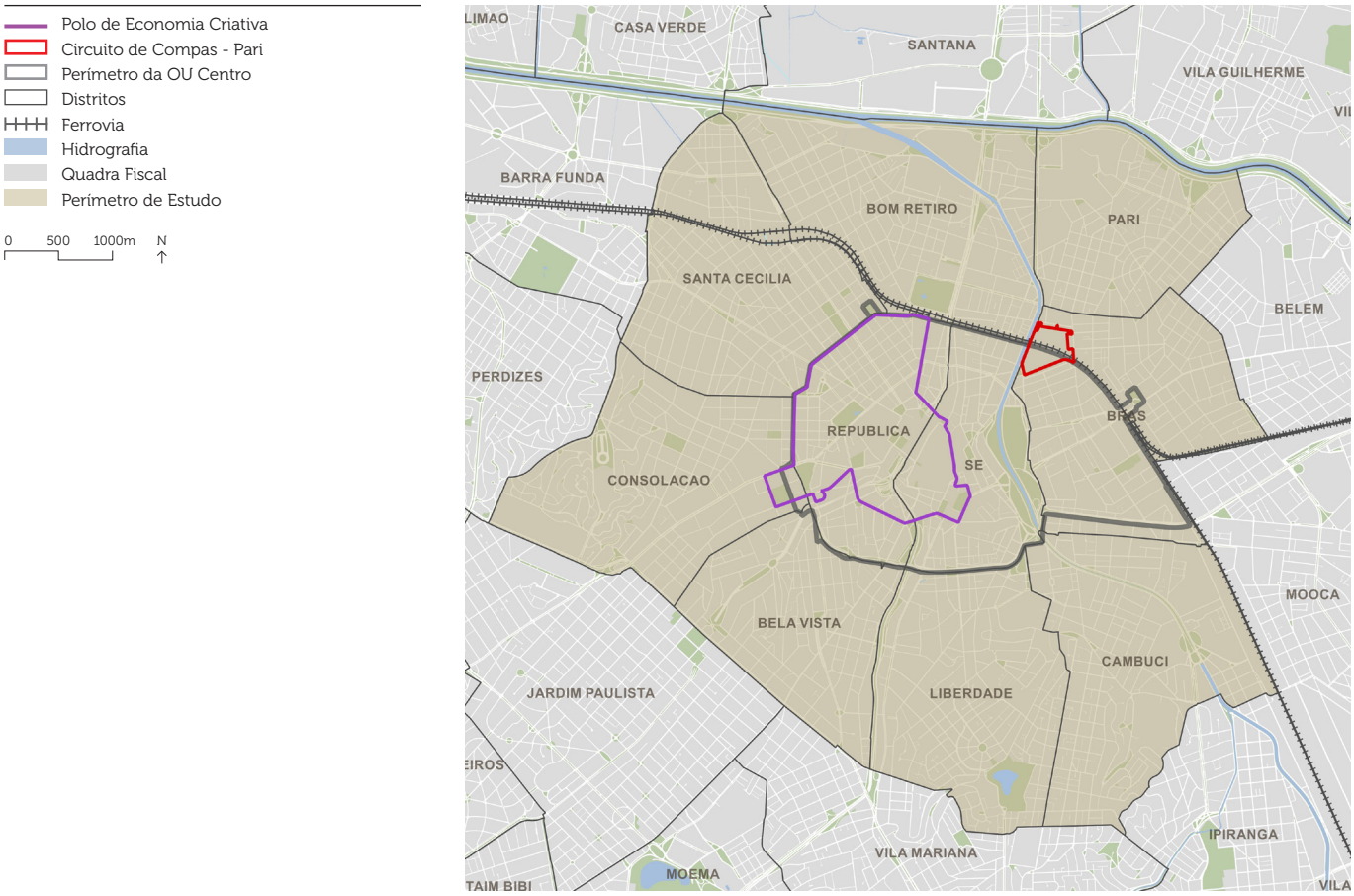
2.2. Projeto Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim

Parte integrante do Programa de Parceria Público-Privada de Habitação de Interesse Social – Casa Paulista, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, executado pela construtora Canopus Holding S.A, de autoria do escritório Biselli & Katchborian Arquitetos, a nova sede da Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim (EMESP Tom Jobim), que atualmente funciona em espaço alugado, passará a contar com salas de aula e auditórios preparados para as necessidades de aprendizado dos cerca de 1,3 mil estudantes.

MAQUETE ELETRÔNICA DA PROPOSTA PARA A ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TOM JOBIM

Projeto de autoria de Biselli & Katcborian. Fonte: Portal Arco Web - https://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/comecam-na-luz-obras-do-complexo-julio-prestes. Acessado em 09 de Agosto de 2018.

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



3.1. Polo de Economia Criativa[5]

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - 2014 estabelece territórios denominados Polos de Economia Criativa – PEC, destinados ao fomento e desenvolvimento de atividades de econômicas criativa, composta por atividades econômicas baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda.

Para os perímetros descritos como Polo de Economia Criativa, o PDE traz em seu Art. 184 as seguintes premissas:

> **Art. 184.** *Os Polos de Economia Criativa tem como objetivos:*
>
> *I - valorizar e fomentar a diversidade cultural e suas formas de expressão material e imaterial, bem como o potencial criativo e inovador, as habilidades e talentos individuais e coletivos, o desenvolvimento humano, a inclusão social e a sustentabilidade;*
>
> *II - estimular a formação e o desenvolvimento de outros distritos criativos, articulados entre si fisicamente ou virtualmente;*
>
> *III - estimular o setor empresarial a valorizar seus ativos criativos e inovadores com a finalidade de promover a competitividade de produtos, bens e serviços cujos insumos primários sejam o talento e a criatividade individual e coletiva;*
>
> *IV - apoiar os coletivos de arte e pequenos produtores culturais através da valorização de seus ativos criativos e inovadores, promovendo o acesso aos seus produtos culturais, a compreensão e fruição da paisagem, o uso do espaço publico e a circulação de produtos decorrentes da economia criativa;*
>
> *V - simplificar os procedimentos para instalação e funcionamento das atividades econômicas que compõem a economia criativa.*

[5] Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014. Artigos 182, 183, 184 e 185. Pgs 103-104

Para a implantação das atividades econômicas criativas poderá ser feito o uso dos seguintes incentivos fiscais e urbanísticos:

Benefícios fiscais para estabelecimentos contribuintes de ISS;

Isenção de IPTU;

Simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento;

Estabelecimentos de ruas com funcionamento 24h de comércio;

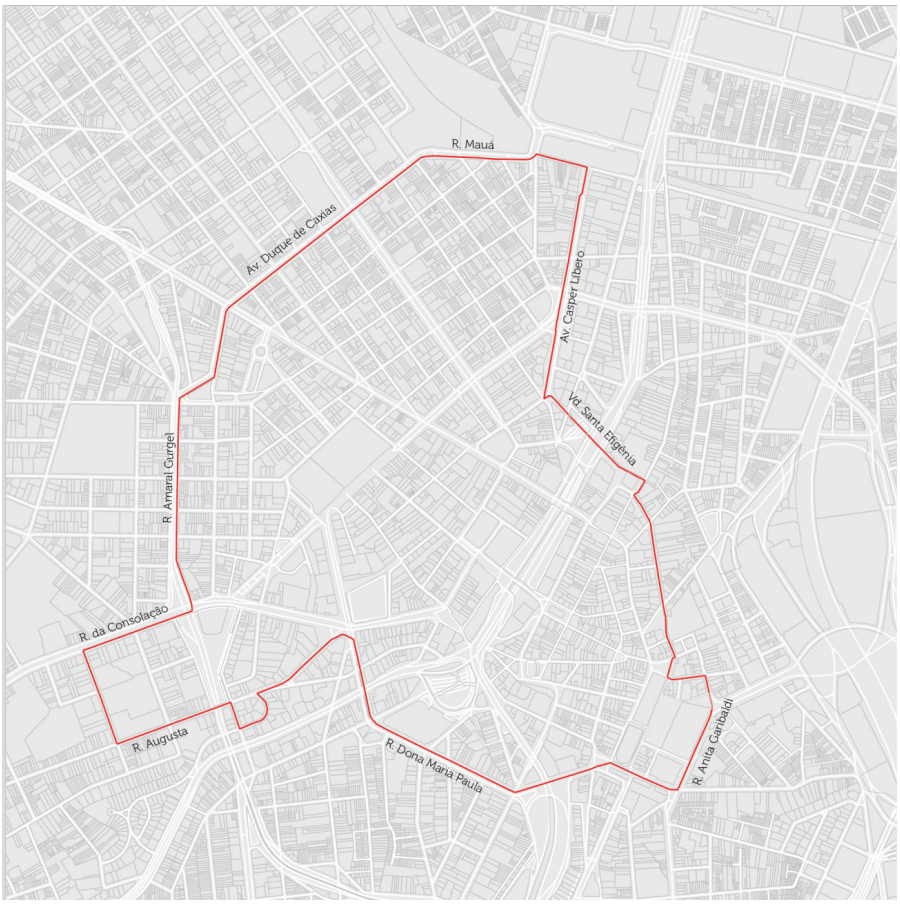
Assistência técnica para orientação sobre elaboração de projetos;

Disponibilização de plataforma de comunicação digital;

Convênios e instrumentos de cooperação entre os entes federados.

POLO DE ECONOMIA CRIATIVA

Quadro 11 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei 16.050 /2014



3.2. Circuito de Compras – Pátio do Pari

Proposta inicíada em 2011, na gestão Gilberto Kassab, o programa delineia a intenção de se configurar O Circuito das Compras, que abrange as regiões do Brás, Sé, Santa Efigência e Bom Retiro, beneficiando os principais pólos comerciais da região central de São Paulo.

O Circuito de Compras visa adequar a infraestrutura, estacionamento, segurança, guarda volumes e banheiros, para melhor atender ao grande público que estes centros atraem. Para o pólo Pari será instalado um shopping de compras, que terá, no mínimo, quatro mil boxes, com prioridade na locação para os comerciantes que já atuam no local, um estacionamento de fretados de turistas de compras, um hotel, salas comerciais e três centros de apoio ao turista, além de um serviço de ônibus circulares turísticos específicos e de um serviço de transporte de mercadorias que farão a interligação direta entre as regiões de compras.

Em dezembro de 2014 a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE publicou o Edital de Concessão do Circuito das Compras. A concorrência pública, que foi realizada por meio de uma concessão sem qualquer contrapartida do poder público, foi vencida pelo Consórcio Circuito de Compras São Paulo S.A, que assinou o termo de posse em 01 de Março de 2016. A previsão é que o investimento seja, aproximadamente, de R$ 250 milhões de reais.

O objetivo final deste projeto é garantir condições dignas de trabalho aos pequenos comerciantes, fortalecer a atividade econômica e gerar mais empregos. Ficará também a cargo do concessionário remunerar o poder público pela exploração econômica da infraestrutura do Circuito das Compras.

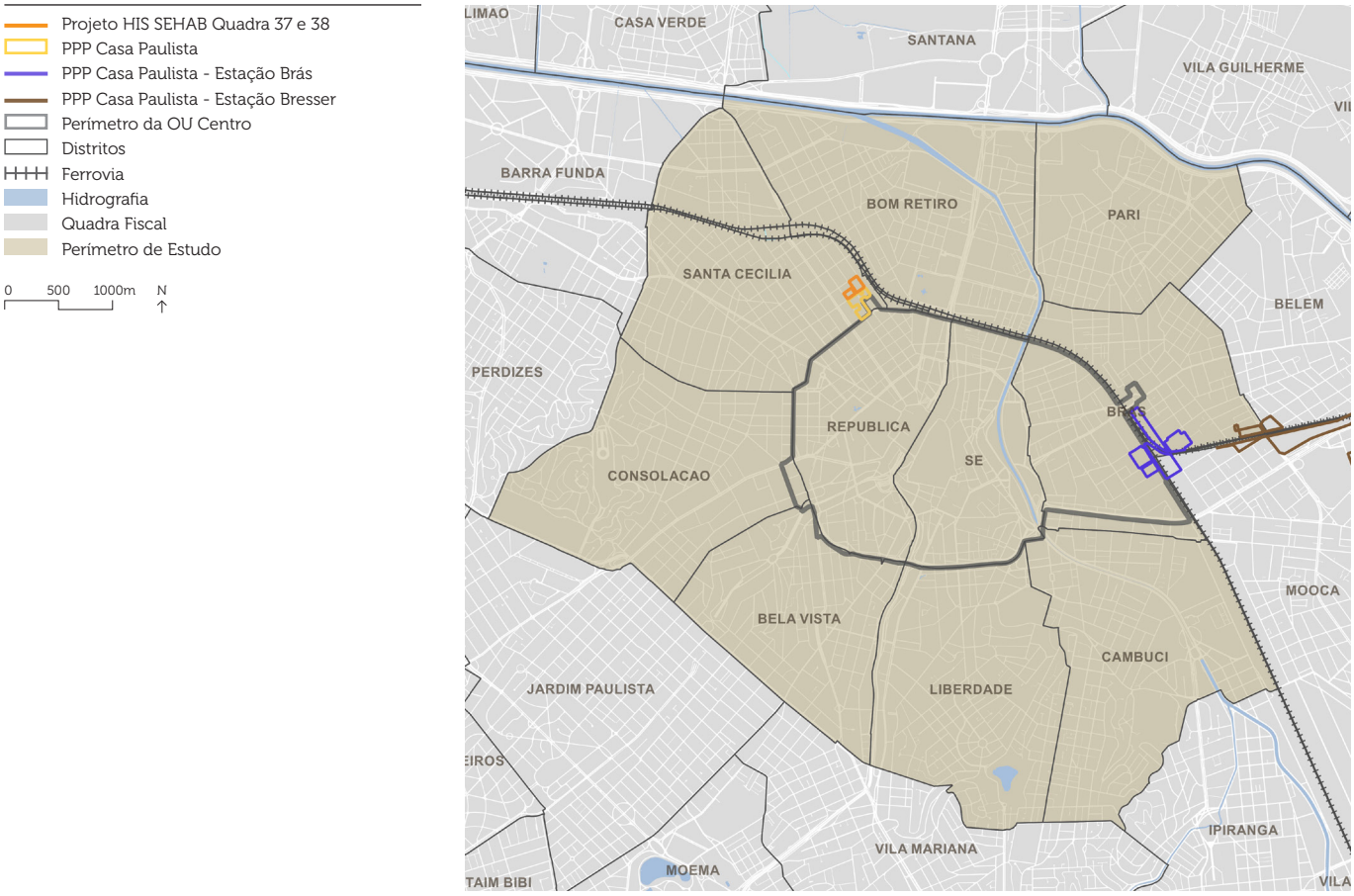
CENTRO DE COMPRAS SP
FEIRA DA MADRUGADA

Imagem autoria Jayme Lago Mestieri. http://alotatuape.com.br/prefeitura-assina-contratos-para-construcao-do-circuito-das-compras/ Acessado em 31 de Agosto de 2017.

CENTRO DE COMPRAS SP
FEIRA DA MADRUGADA

Imagem autoria Jayme Lago Mestieri. http://alotatuape.com.br/prefeitura-assina-contratos-para-construcao-do-circuito-das-compras/ Acessado em 31 de Agosto de 2017.

4. HABITACIONAL



4.1. Projeto de Habitação de Interesse Social – Quadras 37 e 38, Campos Elíseos

A Prefeitura de São Paulo, através de sua Secretaria de Habitação, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, liderado pela Agência Paulista de Habitação Social, preliminarmente, estuda a implantação nas quadras 37 e 38 (setor 8) de 4 torres residenciais, um CEU em uma área de 12 mil metros quadrados e uma creche em um terreno de 2 mil metros quadrados.[6]

Baseado no Projeto elaborado pela Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista, desde sua composição arquitetônica, inserção urbanística e layout das unidades habitacionais, o projeto prevê área térrea livre onde será garantida a fruição pública, integrando à comunidade local. Nas palavras do Secretário Municipal de Habitação, Fernando Chucre, "a ideia é ligar todo aquele núcleo da Santa Ifigênia até o Largo Coração de Jesus, ficar aberto como uma grande praça, um grande boulevard que unifique essas áreas, inclusive com a Praça Júlio Prestes".[7]

Segundo dados apontados pela Secretaria Municipal de Habitação 80% dos metros quadrados edificados serão destinados à moradia de interesse social e 20% a equipamentos públicos. Com base nos parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor Estratégico, em seu Quadro 4, do total destinado à moradia social, 60% deve ser para famílias com renda de até três salários mínimos e os demais 20% serão destinados a famílias com renda de até seis salários mínimos.

Para acompanhar e deliberar sobre a elaboração de tal projeto, e garantir a participação social nas decisões referentes a essas duas quadras, a Prefeitura de São Paulo realizou em 29 de Julho de 2017 votação para a escolha dos representantes que farão parte do Conselho Gestor do Campos Elíseos.

[6] Fonte: Portal G1. http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/projeto-da-nova-cracolandia-preve-90-de-unidades-habitacionais-para-populacao-de-baixa-renda.ghtml. Acessado em 10 de Agosto de 2017.

[7] Fonte: Portal G1. http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/projeto-da-nova-cracolandia-preve-90-de-unidades-habitacionais-para-populacao-de-baixa-renda.ghtml. Acessado em 10 de Agosto de 2017.

[8] Portal da Prefeitura de São Paulo – Secretaria de Habitação. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=236623. Acessado em 10 de Agosto de 2017.

4.2. PPP – Parceria Público-Privada | Casa Paulista

Projeto de Parceria Público-Privada de Habitação de Interesse Social – Casa Paulista, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Agência Paulista de Habitação Social, executado pela construtora Canopus Holding S.A, de autoria do escritório Biselli & Katchborian Arquitetos, tem como objetivo concessão administrativa para requalificação urbana da área central da cidade de São Paulo a partir da oferta de habitação.

O projeto prevê a construção de 1.130 unidades de HIS – Habitação de Interesse Social subsidiadas pelo Governo do Estado – para famílias com renda mensal de até R$ 4.344. Do total das unidades 902 contam com dois dormitórios, 216 com um dormitório e 12 com três dormitórios. Quanto aos custos, o valor mais baixo da parcela será de R$ 239. Para além das unidades destinadas a HIS o projeto proverá 72 unidades de habitação de mercado popular (HMP), para famílias com renda entre R$ 4.344 e R$ 8,1 mil, unidades estas com dois dormitórios. O conjunto contará com áreas de lazer internas, além de quadra esportiva.

O complexo será formado por 4 edifícios com 17 pavimentos, 3 com 12 pavimentos e 1 com 13 pavimentos, perfazendo uma área construída de 94,6 mil m².

MAQUETE ELETRÔNICA DA PROPOSTA PARA A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DE CARÁTER HABITACIONAL POPULAR

Projeto de autoria de Biselli & Katcborian.
Fonte: Portal Arco Web - https://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/comecam-na-luz-obras-do-complexo-julio-prestes. Acessado em 09 de Agosto de 2018.

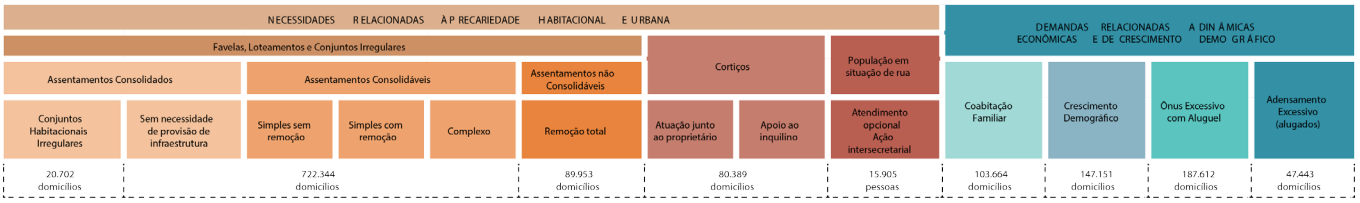
4.3. Plano Municipal de Habitação (PMH – Projeto de Lei 619 / 2016)

O Plano Municipal tem como objetivo estruturar ações que respondam à complexa problemática da moradia na cidade, a partir da compreensão das reais demandas habitacionais. A política pública estabelecida pelo plano vai além da defesa do acesso à moradia digna para todos os cidadãos, propõe-se a identificar quais os tipos de precariedades habitacionais e definir para cada uma delas estratégias específicas de intervenção.

A respeito dos tipos de precariedade habitacional e urbana o PMH aponta para (1) os assentamentos precários, (2) os cortiços, (3) a falta de moradia digna para parcela da população em situação de rua.

A estruturação do programa se faz através da identificação de "Linhas Programáticas": **Serviço de Moradia Social** - atendimento à demanda por moradia transitória; **Provisão de Moradia** - atendimento definitivo; **Intervenção Integrada em Assentamentos Precários** - define os territórios marcados pela precariedade habitacional e urbana na cidade como áreas prioritárias para a política habitacional.

Podemos observar no quadro a seguir uma síntese das necessidades habitacionais que o Município de São Paulo enfrenta.



SÍNTESE DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Levantadas a partir da nova proposta de classificação dos assentamentos precários. Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Habitação. Plano Municipal de Habitação de São Paulo – Caderno para discussão pública – 2016. Página 12

Elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, o projeto de Lei foi encaminhado a Câmara Municipal de São Paulo em 2016, e encontra-se em tramitação.

4.4. PPP – Parceria Público-Privada | Casa Paulista - Centro Expandido: Estação Brás

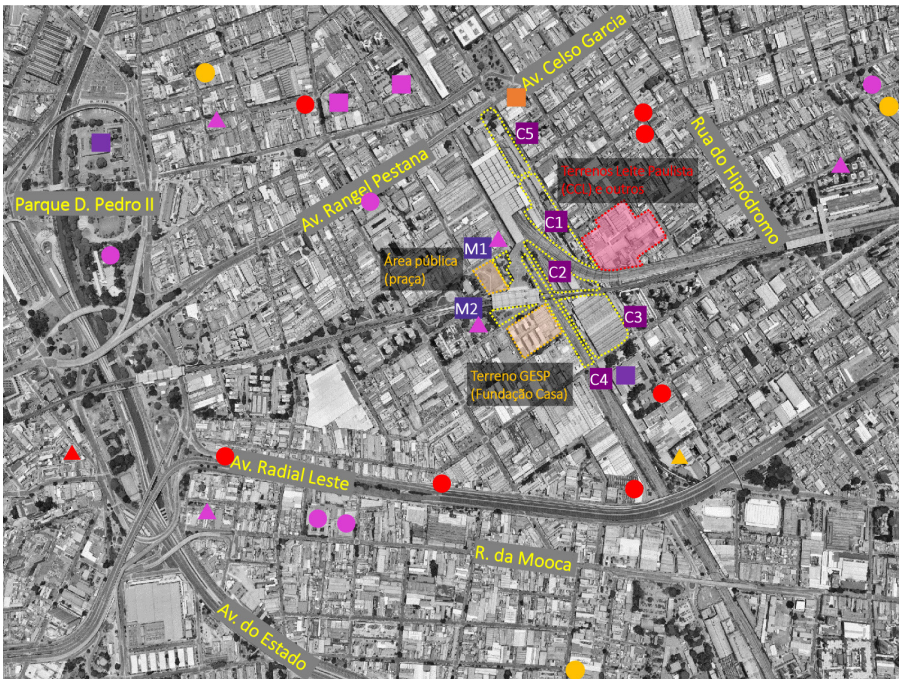
Trata-se da Expansão do Projeto de Parceria Público – Privada, Lote 2, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo através da Agência Paulista de Habitação Social. Especificamente sobre a área de intervenção Brás o projeto tem a intenção de melhorar o aproveitamento das áreas contíguas à Estação Brás do Metrô, tornando-as mais eficientes. Para isto o projeto propõe a reordenação da área, através das seguintes ações: desativação da área de oficinas (que será transferida para a Estação Bresser); liberação da área de manobras para utilização por empreendimentos; construção de nova plataforma; adequação dos trilhos. Para além destas ações o projeto também propõe a desapropriação de uma área adjacente, perfazendo 137.000m² de área de terreno.

Quanto aos usos, para além de suas funções ligadas à mobilidade sobre trilhos, o projeto almeja promover o uso misto através de edifícios de uso comercial, serviços especializados, estacionamento, institucional e habitacional (4.150 Unidades Habitacionais). A proposta também inclui transposições pedonais sobre a linha férrea, através de lajes que interligam diferentes edifícios.

PROPOSTA APRESENTADA PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO BRÁS

- Polícia militar
- Assistência social
- Ambulatório / UBS
- Ensino fundamental e médio público
- Educação infantil público
- Senai
- Ensino fundamental e médio privado
- Universidade privada
- Museu

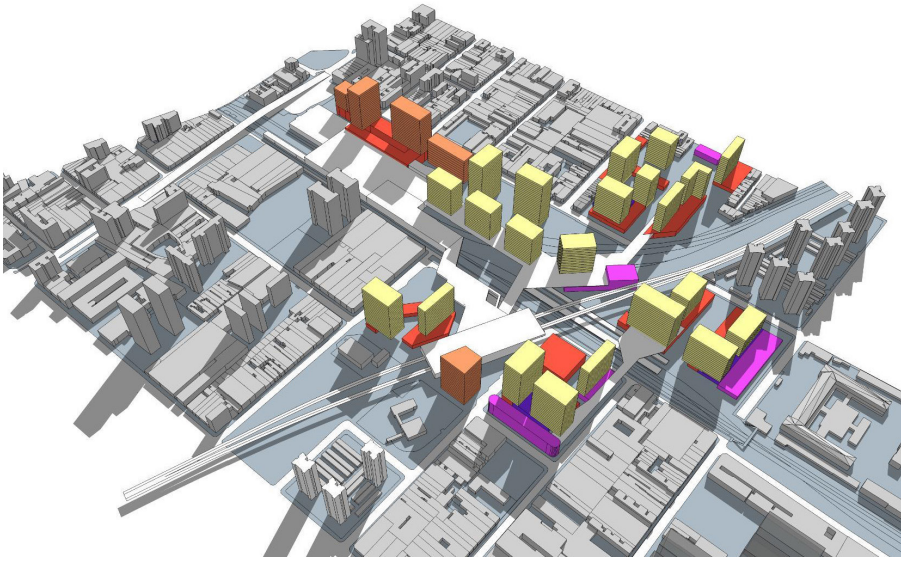
Cada Paulista - PPP da Habitação – Lote 2



PROPOSTA APRESENTADA PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO BRÁS

- Comércio
- Serviços especializados
- Estacionamento
- Institucional
- Habitação - 4150 UH

Casa Paulista - PPP da Habitação – Lote 2



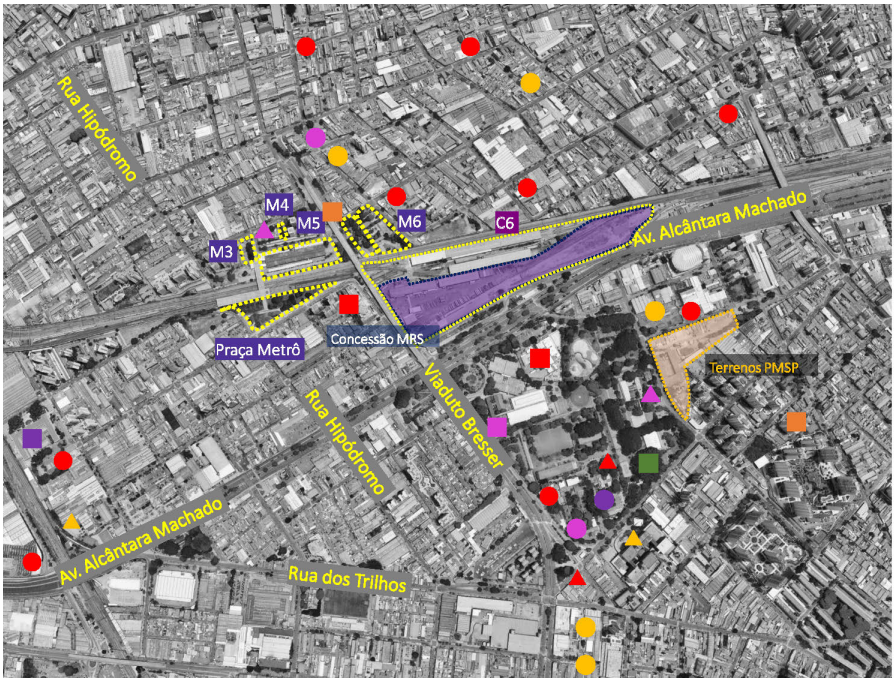
4.5. PPP – Parceria Público-Privada | Casa Paulista - Centro Expandido: Estação Bresser

Trata-se, assim como o caso apresentado no item 4.4, da Expansão do Projeto de Parceria Público – Privada, Lote 2, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo através da Agência Paulista de Habitação Social.

A respeito da intervenção no perímetro da Estação Bresser o projeto tem a intenção de melhorar o aproveitamento das áreas contíguas à Estação, inclusive outras áreas subutilizadas pertencentes ao Metro, tornando-as mais eficientes.

Para isto o projeto propõe a reordenação da área, através da implantação de plataformas sobre as instalações do Metro e da CPTM - grandes lajes que conectam ambos os lados da ferrovia. Quanto aos usos, para além de suas funções ligadas à mobilidade sobre trilhos, o projeto almeja promover o uso misto através de edifícios de uso comercial, serviços especializados, estacionamento, institucional e habitacional (3.300 Unidades Habitacionais de Interesse Social e 1600 Unidades Habitacionais de Mercado Popular).

- Polícia militar - civil
- Centro esportivo
- Hospital
- Assistência social
- Ambulatório / UBS
- Ensino fundamental e médio público
- Educação infantil público
- Senai
- Ensino fundamental e médio privado
- Universidade privada
- Museu da Imigração do Estado de SP
- Biblioteca

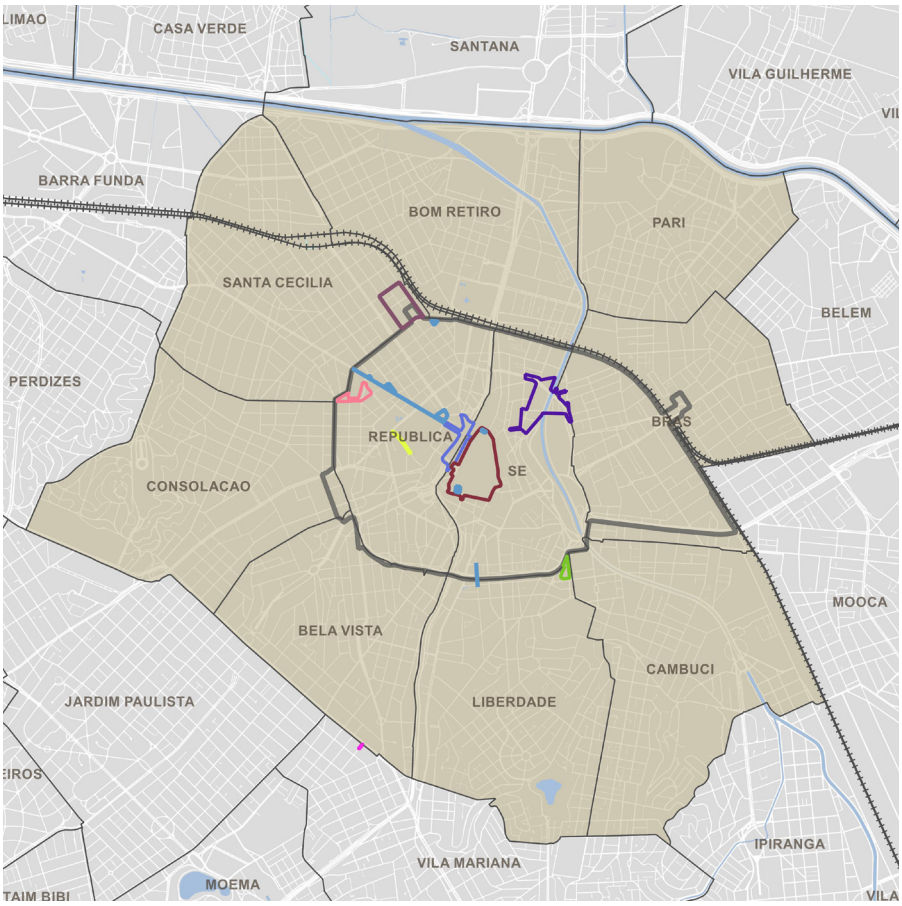


- Comércio
- Serviços especializados
- Estacionamento
- Institucional
- Áreas condominiais
- HIS - 330 UH
- HMP - 1600 UH
- HM

5. INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS

- Projeto Requalificação do Anhangabaú
- Centro Aberto
- Projeto Largo do Arouche
- Reabilitação urbanística e readequação de espaços públicos Campos Elísios
- Calçadões e bordas dos calçadões
- Requalificação do Entorno do Mercado Municipal
- Centro Aberto Leôncio de Carvalho
- Reforma da Rua Sete de Abril
- Centro Aberto Glicério - Reforma da Praça José Luís de Mello Malheiros
- Perímetro da OU Centro
- Distritos
- Ferrovia
- Hidrografia
- Quadra Fiscal
- Perímetro de Estudo

0 500 1000m N



5.1. Projeto de Requalificação do Anhangabaú

O projeto de requalificação e reurbanização do Vale do Anhangabaú insere-se no contexto de intervenções estruturais nos espaços públicos, como suporte para o desenvolvimento de uma vida cotidiana ativa e para a diversificação das formas de uso desse e de outros espaços. Localizado no Centro histórico de São Paulo, o Vale do Anhangabaú é um espaço público central da metrópole, considerado ponto de referência para a população e historicamente utilizado como um dos principais pontos de encontro da cidade.

A intervenção no vale não se limita a transformar um único lugar; trata-se de uma intervenção articuladora de toda a região central, que funcione como aglutinador de ações para promover a requalificação de toda essa área. As diretrizes propostas envolvem o respeito à escala humana, a melhoria dos acessos, a ativação de suas fachadas e a instalação de equipamentos de apoio, de estar e de lazer.

VISTA DO MIRANTE

Projeto São Paulo Urbanismo + Biselli + Katchborian Arquitetos

VISTA DO ESPELHO D´ÁGUA
PROPOSTO PARA O VALE
DO ANHANGABAÚ

Projeto São Paulo Urbanismo + Biselli + Katchborian Arquitetos

VISTA DO ESPELHO D´ÁGUA
PROPOSTO PARA O VALE
DO ANHANGABAÚ

Projeto São Paulo Urbanismo + Biselli + Katchborian Arquitetos

5.2. Centro Aberto

O programa Centro Aberto foi iniciado como um projeto piloto para testar a implantação de projetos no espaço público a partir das estratégias que vão de encontro ao pensamento citado acima: ações de proteção e priorização de pedestres e ciclistas; ações de suporte à permanência; promoção de novos usos e atividades. Os projetos pilotos testam em escala real novas possibilidades e estabelecem um diálogo com a população. Dois projetos pilotos foram implantados, Largo São Francisco e Largo Paissandu. A partir da avaliação realizada nos locais após cerca de um ano de funcionamento, percebe-se a aprovação da população e as implantações foram consolidadas. Dois novos projetos foram implantados dentro do programa e alguns outros estudos foram realizados e deverão ter continuidade nos próximos anos.

Um aspecto fundamental para o sucesso da intervenção foi a contratação de uma equipe de monitoria e operação do espaço. A presença constante de monitores é fundamental para o desenvolvimento de ações pretendidas nesses espaços: Disponibilização de mobiliário portátil e equipamentos para a prática de jogos e de atividades culturais, manutenção preventiva e corretiva de mobiliário fixo. Esta iniciativa qualifica a presença do poder público nestas localidades, fomentando a comunicação, o diálogo e a participação da população.

Parcerias para ações esportivas e culturais, tanto com a iniciativa privada, quanto com outras secretarias é fundamental. Para isto acontecer é necessário uma equipe permanente interna voltada para este programa.

Outra atividade estratégica no desenvolvimento deste programa e demais projetos é a pesquisa quantitativa e qualitativa dos locais, que deve ser realizada antes e depois das intervenções. As pesquisas realizadas “antes” quantificam as necessidades de cada local e as realizadas posteriormente demonstram se os objetivos foram alcançados, ao comparar numero de frequentadores, diversificação das atividades, entre outros aspectos.

Largo São Francisco

LARGO SÃO FRANCISCO

Foto: São Paulo Urbanismo

O projeto resulta na reconquista de uma área pública antes cercada e hostil, que protegia áreas de ventilação do metrô. As grades azuis limitavam as perspectivas visuais e os caminhos dos pedestres, causando sensação de insegurança na praça. A sua retirada possibilitou a inserção de elementos convidativos à vida urbana na escala humana.

A implantação de elementos de mobiliário e um ambiente com novas funções intensificou o uso público, pois gerou um espaço de encontro e de descanso ao ar livre, tanto aos moradores da região como para trabalhadores e estudantes, além de incentivar a permanência noturna graças às atividades de lazer, como cinema e karaokê na praça, e de festas nos finais de semana.

O novo espaço conta com um grande deque de madeira no local anteriormente protegido por grades, que se adapta tanto à inclinação natural do piso quanto às muretas de proteção do respiro do metrô, estabelecendo diferentes espaços, como uma mesa para refeições ao ar livre, patamares adequados para se sentar ou apoiar, espaço para apresentações artísticas e inúmeras configurações espaciais, que permitem sessões de cinema na praça, comida de rua e Wifi Livre, proporcionando uma experiência mais vibrante e ativa nesse espaço. Outros elementos de mobiliário, como mesa de pingue-pongue com raquetes e bolinhas disponibilizadas no Centro de informações (contêiner), bancos de praça, bancos de mureta, lixeiras, mobiliário portátil (cadeira de praia, guarda-sóis do tipo ombrelone, mesas e cadeiras de ferro dobráveis), oferecem condições de conforto físico e visual para permanência na praça, descanso, almoço e para aguardar o transporte público.

Em parceria com a Secretaria de Cultura/SP Cine e Subprefeitura da Sé, foram introduzidos novos usos na praça, com apresentações musicais, teatrais e artistas de rua no horário do almoço e no fim de tarde. E em fins de semana, a praça se

mantém viva com festas de rua e encontros coletivos, que continuam a ocorrer espontaneamente.

Foi implantada uma nova faixa de pedestres em continuidade ao eixo histórico da Rua São Bento, local onde, segundo as pesquisas pré-implantação, ocorriam várias travessias. Nesta nova implantação de faixa, foi ampliada a área da calçada com pintura, o que tornou a travessia mais curta, além da integração com a nova ciclovia. Com isso, a média de travessias por hora saltou de 95 para 162 pessoas, que passaram a atravessar em segurança.

São Francisco em números:
Área de implantação: 3.900,00 m2
Data do projeto: 2013
Data da obra:
Projeto Piloto: setembro 2014
Definitivo: setembro 2016
Área total do deque: 397m²;

- 1 base de apoio (contêiner);
- 4 bancos de mureta linear com encosto (2,50m);
- 11 bancos "s" de madeira com encosto;
- 1 mesa de tênis de mesa;
- 60 cadeiras de praia;
- 12 conjuntos de cadeiras e mesas dobráveis;
- 8 ombrelones acoplados ao deque;
- Nova faixa de pedestre implantada

São João / Paissandú

VISTA DO LARGO PAISSANDU
Foto: São Paulo Urbanismo

Um dos objetivos do Centro Aberto Avenida São João e Largo do Paissandu é melhorar as condições de segurança e de conforto dos pedestres e passageiros, equilibrando a distribuição de espaço físico para a circulação e espera, de acordo com as necessidades dos usuários. Trata-se de melhorar a experiência de mobilidade ao longo da rua e no aguardo do transporte público, com oportunidades para se sentar e descansar, além de pequenas intervenções que propiciam um ambiente mais interessante e garantem, adicionalmente, travessias para pedestres seguras e diretas, ligando os dois lados da Rua Antônio de Godoi.

O projeto para o Largo do Paissandu aprimora a condição de espera do transporte público com a instalação de bancos nas paradas de ônibus e na praça, a melhoria da iluminação pública e pintura gráfica das estruturas.

A estratégia de projeto para melhorar o acesso e a circulação nesse local se constitui de um conjunto de ações de sinalização horizontal – desde o Largo do Paissandu e ao longo da Avenida São João – e a adição de elementos associados – balizadores de trânsito, vasos e plantas, monolitos de granito, paraciclos e bicicletas compartilhadas.

Foram criadas áreas de prioridade para pedestres, foram estendidas faixas de pedestres existentes e criaram-se novas faixas em cruzamentos e pontos estratégicos: Largo do Paissandu e Rua Conselheiro Crispiniano; Largo do Paissandu e Rua Dom José de Barros; Avenida São João e Rua Conselheiro Nébias e Avenida São João e Rua Pedro Américo. Além dessas intervenções, a implantação da faixa em diagonal no cruzamento das avenidas São João e Ipiranga reduz o tempo de travessia dos pedestres e garante mais segurança em um local com fluxo intenso de pedestres e veículos.

Cabe destacar a ampliação do canteiro em frente da Morada São João – abrigo municipal para a terceira idade, que ganhou caráter de praça com a instalação de bancos, equipamentos de ginástica e mobiliário portátil.

Para dar suporte à permanência nos espaços públicos das áreas vizinhas, em especial no Largo do Paissandu, o projeto buscou atrair para o interior da praça os usos de seu entorno. A oferta de comida de rua aliada à oportunidade de se sentar adequadamente remete aos diversos restaurantes locais.

A instalação de um playground teve como objetivo dar condições de lazer às diversas crianças da região do Largo do Paissandu, presença constatada na pesquisa prévia. Essas crianças fazem uso contínuo do parquinho, inclusive à noite, e sua presença contribui muito para aumentar a sensação de segurança nesse local.

Outros elementos de mobiliário, como bancos de praça, bancos instalados nas muretas, mobiliário portátil – cadeiras de praia, mesas e cadeiras dobráveis e ombrelones, oferecem condições de conforto físico e visual para permanecer na praça, descansar após o almoço ou mesmo esperar pelo transporte público. Esses elementos destacaram-se na aprovação em pesquisas com usuários.

Além dos elementos fixos, o projeto conta com programação cultural constante, com ações que apoiam o uso e a permanência na praça e incentivam atividades ao ar livre. Batalhas de break, shows, rodas de samba e dança foram algumas das atividades que ocorreram no tablado circular do Projeto Piloto, ao longo do primeiro ano de implantação. Outras tiveram lugar no deque e junto ao parquinho – como teatro de rua, atividades e oficinas para crianças. Ao longo de todo o período de implantação, o projeto contou com empréstimo e troca de livros para serem lidos na praça, além de ações de mediação de leitura e contação de histórias.

Muitas das crianças que habitam o Centro vivem em edifícios ocupados por movimentos de moradia e têm poucas oportunidades de lazer. A experiência do Centro Aberto revelou a presença dessas crianças na cidade e proporcionou a oportunidade de encontro.

São João / Paissandu em números:
Área de implantação: 6315,00 m2
Data do projeto: 2013
Data da obra:
Projeto Piloto: setembro 2014
Definitivo: setembro 2016
Área total do deque: 89 m²;

- 1 base de apoio (contêiner);
- 11 bancos de mureta linear com encosto (2,50m);
- 16 bancos "s" de madeira com encosto;
- 1 mesa de tênis de mesa;
- 14 lixeiras aramadas;
- 1 unidade de paraciclo;
- 1 balanço de dois lugares;
- 1 escorregador de madeira;
- 1 trave de madeira;
- 30 cadeiras de praia;
- 4 ombrelones acoplados ao deque;
- 8 conjuntos de cadeiras e mesas dobráveis;
- 4 ombrelones com base;
- 4 Novas faixas de pedestre;
- 1 faixa de pedestre em X (primeira de SP);
- Ampliação de calçada para implantação de equipamentos para idosos

Galvão Bueno

VISTA DA RUA GALVÃO BUENO
Foto: São Paulo Urbanismo

A proposta para a Rua Galvão Bueno consiste em transformar parte da rua em calçadão nos fins de semana e, durante a semana, reduzir de modo significativo a presença do automóvel nessa região. A intervenção foi realizada entre as ruas Américo de Campos e dos Estudantes, melhorando assim as condições de circulação de pedestres em uma das ruas comerciais mais movimentados do bairro da Liberdade.

Para a ampliação do passeio, foram removidas as vagas de estacionamento do lado par dessa rua. As vagas destinadas a carga e descarga, vitais para o comércio da região, foram relocadas em mesma quantidade para o lado ímpar, próximo da Rua Américo de Campos. O mesmo ocorreu com as vagas destinadas a idosos.

A operação de fechamento desse trecho já se realiza algumas vezes no ano, sendo amplamente conhecida pelo Centro de Engenharia de Tráfego (CET), assim como as alternativas de circulação pelas demais ruas do entorno.

A proposta que foi construída, conjuntamente com a CET, se embasa em contagens de pedestres e de veículos realizadas pela SP Urbanismo nesse local, em dias úteis e em fins de semana. Em um domingo de compras, entre as 9 horas e as 19 horas, cerca de 64 mil pessoas circulam pela Rua Galvão Bueno a pé, contra menos de 4 mil que passam de carro ou de moto. Ou seja, 95% dos passantes são pedestres, mas 56% do espaço está destinado à circulação de automóveis que transportam apenas 5% das pessoas. O projeto busca justamente estabelecer a equidade no uso do espaço público, priorizando e incentivando a presença de pedestres, potencializando, assim, a experiência de compras e lazer na região.

Em complemento às atividades de compra, novos bancos de madeira permitem que os usuários descansem, conversem ou façam suas refeições ao ar livre, em locais definidos estrategicamente para não comprometer a circulação de pedestres. O Viaduto Cidade de Osaka recebeu a maior parte do mobiliário, configurando uma praça elevada.

Com o objetivo de aumentar a oferta de áreas de permanência e contemplação em mais horários, o Jardim Oriental também é aberto nos dias da semana, com enfoque no horário de almoço. Como incentivo ao uso noturno, quando a maior parte do comércio se encontra fechada, são promovidos eventos como karaokê ao ar livre, por exemplo.

Galvão Bueno em números:
Área de implantação: 4400,00 m2
Data do projeto: dezembro 2015
Data da obra: novembro 2016

- 3 bancos de dois níveis;
- 11 bancos de madeira sem encosto;
- 10 bancos “s” de madeira com encosto;
- 11 unidades de lixeira aramada;
- 1 ampliação de passeio com pintura na extensão da quadra

São Bento

VISTA DA RUA GALVÃO BUENO

Foto: São Paulo Urbanismo

O projeto Centro Aberto no Largo São Bento também promove a reconquista de uma área pública cercada, que anteriormente tinha a função de estacionamento de funcionários do Metrô. Nesse caso, as grades azuis protegiam uma área com muito potencial de uso e contemplação do patrimônio, pois ali em frente é possível observar o Mosteiro de São Bento.
A retirada das grades e a implantação do mobiliário revelou uma demanda não atendida até então: a necessidade de áreas de estar e de permanência nessa região. Em poucos dias, foi perceptível a aderência da população em relação a esse novo espaço.

Foi implantado um grande deque de madeira, com áreas de sombra, mobiliário portátil e um centro de informações (contêiner) onde são armazenados os mobiliários portáteis (mesas, cadeiras, ombrelones, xadrez gigante) em horários em que não há a operação e a zeladoria. O deque implantado é adequado às inclinações existentes, fazendo a conexão entre as ruas São Bento e Libero Badaró, gerando uma nova experiência de travessia. Essa nova infraestrutura gera um espaço confortável para estar e desfrutar ao longo do dia e com a disponibilidade de tomadas e energia elétrica junto à instalação de rede pública gratuita de internet (Wifi Livre SP) e os banheiros públicos, ambos disponíveis 24 horas por dia. Esses são elementos do projeto que sustentam a permanência de pessoas na praça. A partir do deque é possível ter um visual contemplativo do grande patrimônio logo adiante: o Mosteiro de São Bento.

Além dessa grande área anteriormente gradeada, foram incorporados ao projeto mais dois espaços: uma praça subutilizada na região mais próxima ao Viaduto Santa Ifigênia e a primeira quadra da Rua Florêncio de Abreu.

Na praça ao lado do respiro do metrô foram instalados bancos fixos, sanitários químicos e uma mesa de pingue-pongue. Próximo a este local foi implantada uma nova faixa de pedestres melhorando a conexão geral entre o Largo São Bento e seu entorno.

Na Rua Florêncio de Abreu foi realizada a ampliação de uma das calçadas, diminuindo a presença de veículos estacionados ao longo do dia e proporcionando uma área maior e mais confortável para a circulação de pedestres; criou-se também uma nova faixa de pedestres para travessia em um dos pontos de maior fluxo de pessoas. Ambas as intervenções foram pensadas em razão do elevado fluxo de

pedestres nessa região predominantemente comercial, diminuindo de modo significativo a presença do automóvel no trecho da implantação e proporcionando mais segurança aos usuários.

São Bento em números:
Área de implantação: 2705,00 m2
Data do projeto: dezembro 2015
Data da obra: setembro 2016
Área total do deque: 540 m^2;

- 1 base de apoio (contêiner);
- 11 bancos "s" de maderia com encosto,
- 1 mesa de tênis de mesa;
- 2 unidades de lixeira aramada;
- 60 cadeiras de praia;
- 17 conjuntos de cadeira e mesa dobráveis;
- 5 ombrelones acoplados ao deque;
- 4 ombrelones com base;
- 1 tapete de xadrez gigante;
- 1 nova faixa de pedestres
- 1 ampliação de calçada
- 1 redesenho de trecho de ciclovia

Largo General Osório

O projeto Centro Aberto Largo General Osório, localiza-se no bairro da Luz entre as Ruas Triunfo e Mauá, ruas que se integram ao comércio da Santa Ifigênia e à variada oferta de transporte público local. A praça possui formato triangular e está circundada por importantes equipamentos culturais como a Estação Pinacoteca, a EMESP Tom Jobim, a Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste e o Ateliê Amarelinho.

O largo acompanhou as mudanças históricas do centro da cidade, recebendo influências do cinema na Rua do Triunfo e arredores, e da marginalidade, como a mais famosa "Boca do Lixo" paulista – designação policial de uma área com incidência de prostituição e drogas. Esse complexo tecido social, associado à dificuldade de penetração do poder público na região, materializa-se na deterioração espacial da região, estigmatizando o bairro e, consequentemente,

seus habitantes. A proposta de incluir o Largo no programa Centro Aberto teve iniciativa da Cia. de Teatro Pessoal do Faroeste, companhia teatral cuja sede fica no entorno imediato da praça, na Rua do Triunfo. A Prefeitura acolheu a proposta e, durante o processo, o teatro articulou o diálogo com outros grupos culturais da região e, principalmente, moradores e comerciantes locais. Em paralelo, foi estabelecido diálogo institucional com outros órgãos da administração municipal e instituições culturais do Governo do Estado. Assim, ficaram definidas as diretrizes para transformação da praça, que se encontrava subutilizada, em um espaço de contemplação, apropriação das artes e uso dos moradores para lazer, brincadeiras ou apenas para descanso dos frequentadores da região. Todas as ações foram acompanhadas pela SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - devido a significante presença de moradores de rua e usuários de drogas na região, junto a grupos culturais e moradores.

O projeto Centro Aberto Largo General Osório busca oferecer oportunidades para as pessoas permanecerem confortavelmente no espaço. Para isso foram instalados bancos nas bordas dos canteiros da praça, nas calçadas opostas ao Largo e mesas de piquenique no gramado. Em complemento, durante o horário de operação das unidades -12:00 às 18:00, monitores disponibilizam cadeiras de praia e mesinhas metálicas no local, para uso livre.

Atendendo a demandas do teatro e da escola de música, um deque de madeira foi implantado no interior da praça, sobre o canteiro. A estrutura cumpre múltiplas funções, servindo como espaço de jogo, área de estar e descanso e palco para ensaios e apresentações ao ar livre.

Equipamentos de ginástica para idosos, um parquinho, uma mesa de pingue-pongue e um tabuleiro de xadrez gigante permitem a realização de atividades físicas e recreativas no lugar, ativando-o em diferentes horários.

De modo geral, o projeto busca ativar a praça, tornando-a convidativa e fomentando a interação de frequentadores. Inicialmente, como forma de aumentar a proteção dos usuários em relação aos veículos motorizados, foi previsto o fechamento da Rua General Osório, impedindo a passagem de veículos, e a introdução de uma faixa de pedestres na frente da Estação Pinacoteca e à EMESP, ligando à praça, mas as intervenções não foram viabilizadas até o momento.

Largo General Osório em números:
Área de implantação: 1110,00 m2
Data do projeto: 2016
Data da obra: Janeiro 2017

- Área total do deque: 44 m^2;
- 01 base de apoio (contêiner);
- 01 banco com encosto;
- 12 bancos de mureta linear com encosto (2,50m);
- 08 bancos de mureta linear com encosto;
- 06 bancos “s” de madeira com encosto;
- 01 mesa de tênis de mesa;
- 03 mesas de pique nique;
- 11 lixeiras aramadas;
- 20 vasos redondos;
- 01 balanço de dois lugares;
- 01 escada horizontal;
- 01 escorregador;
- 01 gangorra;

- 01 ginástica – rotação diagonal dupla;
- 01 ginástica – barra alta giratória;
- 01 ginástica – estação de barras paralelas;
- 01 ginástica – giro vertical duplo;
- 02 ginástica – surf duplo conjugado;
- 40 cadeiras de praia;
- 06 conjuntos de cadeiras e mesas dobráveis;
- 06 ombrelones com base;
- 01 tapete de xadrez;
- 01 cordão de iluminação cênica tipo festão.

5.3. Projeto Largo do Arouche

O projeto de Requalificação do Largo do Arouche, que está sendo doado pela comunidade francesa, está sendo elaborado pelo escritório de arquitetura Tryptiche, estabelece ações voltadas à reabilitação paisagística, reforma e ampliação dos passeios, implantação de mobiliário e equipamentos em área de 17 mil m², potencializando atividades de lazer, entretenimento, comércio e serviços.

Sobre a elaboração deste projeto, nas palavras do escritório que esta elaborando o projeto,

> *"o Largo do Arouche é um lugar no icônico Centro de São Paulo para os moradores locais, para a comunidade LGBT que estabeleceu sua presença lá, para os agentes sociais que trabalham lá, mas também pelo seu mercado de flores e seus quiosques para jornais."*

PROPOSTA PARA O LARGO DO AROUCHE

Autoria do escritório d arquitetura Tryptiche.
http://www.triptyque.com/largodoarouche.
Acessado em 01 de Setembro de 2017.

PROPOSTA PARA O LARGO DO AROUCHE

Autoria do escritório d arquitetura Tryptiche.
http://www.triptyque.com/largodoarouche.
Acessado em 01 de Setembro de 2017.

5.4. Reabilitação urbanística e readequação de espaços públicos Campos Elíseos.

Reabilitação urbanística e readequação de espaços públicos entre as Praças Largo Coração de Jesus e Julio Prestes, por meio de reforma de passeios, melhoria de iluminação e implantação de mobiliário urbano, em área de 38 mil m², buscando criar condições para a permanência de pedestres e para o desenvolvimento de atividades artísticas, de lazer e recreação.

PROPOSTA REABILITAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA HELVÉTIA

São Paulo Urbanismo – 2017

5.5. Calçadões e bordas dos calçadões

Reforma de calçadas e calçadão no Centro Velho e Centro Novo (respectivamente nos distritos Sé e República), totalizando área de 60 mil m² promovendo a mobilidade e acessibilidade e, também, dotando aqueles espaços públicos de mobiliário urbano que propiciem o convívio social.

O projeto busca construir um sistema de espaços públicos, para que funcione como corredor de transporte peatonal e interligue os diferentes modais de transporte (ciclovias, metrô e ônibus). O destaque e a visibilidade destinam-se às áreas integrantes do patrimônio histórico, cultural e artístico existentes, para criar meios de manter e expandir as atividades econômicas instaladas, especialmente nos setores ligados à educação, à cultura, ao lazer e ao entretenimento e, finalmente, reforçar a identidade do Centro histórico de São Paulo, promovendo a valorização do contexto local e suas várias formas de uso.

PROPOSTA DE CALÇADÕES E BORDAS DOS CALÇADÕES

São Paulo Urbanismo – 2017

5.6. Requalificação do entorno do Mercado Municipal

Dentre as áreas da cidade com problemas de execução e manutenção de calçadas, estão os acessos aos diversos pontos turísticos da cidade, que apresentam calçadas em mau estado, falta de faixas de pedestres em dimensão adequada, excesso de informação na paisagem e má qualidade de informação turística, dificultando o acesso a esses locais com conforto e segurança. Diante da importância do Mercado Municipal da Cantareira no abastecimento e como polo turístico e gastronômico da cidade, a SP Urbanismo, como parte da Meta 35 – Valorização do Centro com intervenções urbanísticas visando a requalificação e revitalização de espaços livres e passeios públicos em 145 mil m² – vem desenvolvendo estudos para a região. Desde a análise de acidentes no entorno, passando pela análise de fachadas e situação dos pavimentos, até a medição do numero de transeuntes e usuários da região, os estudos iniciais demonstram a necessidade de uma intervenção qualificada. Em paralelo ao exposto acima, recebemos a demanda para elaboração de projeto para execução de calçadas na região, em área complementar à área de nossos estudos, área que faz parte da implantação de infraestrutura de acessibilidade em rotas turísticas.

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL

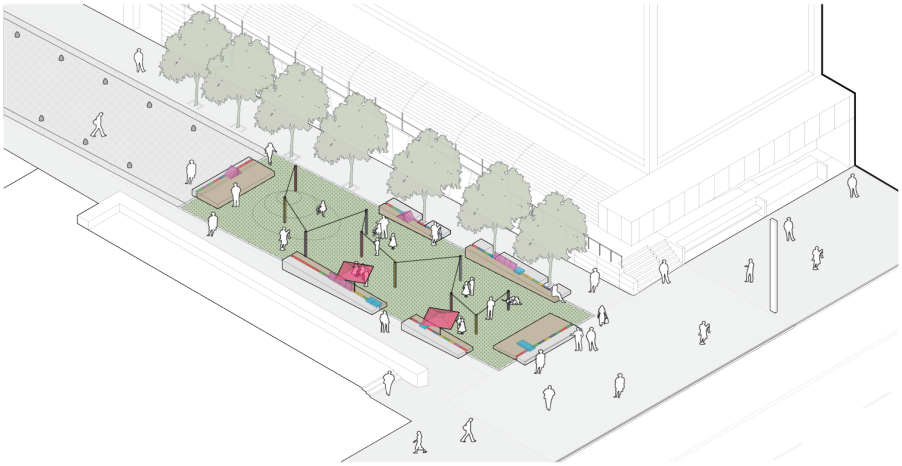
São Paulo Urbanismo – 2017

5.7. Corredor Cultural Av. Paulista e Centro Aberto Leôncio de Carvalho

A Avenida Paulista é uma das avenidas mais importantes da cidade de São Paulo, considerada como um grande centro financeiro na cidade e oferece também ampla diversidade de atividades e serviços urbanos, como equipamentos culturais, complexos institucionais, centros comerciais além de edifícios residenciais. O projeto prevê o desenvolvimento de travessias em nível integrando equipamentos culturais da avenida, localizadas em três trechos: Praça do Ciclista, MASP e Praça Oswaldo Cruz. Já no trecho da Rua Leoncio de Carvalho que faz esquina com a Avenida, está sendo previsto um espaço Centro Aberto que integre os centros cultuais lindeiros e promova o uso da área pública.

PROPOSTA PARA O CENTRO ABERTO LEÔNCIO DE CARVALHO

São Paulo Urbanismo – 2017



5.8. Reforma da Rua Sete de Abril

O projeto da Rua Sete de Abril foi pensado como um projeto-piloto para aplicação de diversas propostas estudadas para a requalificação dos calçadões, englobando soluções para questões de piso, mobiliário, iluminação, coleta de lixo e drenagem.

No projeto-piloto da Rua Sete de Abril, tendo em vista o fluxo reduzido de veículos, propusemos a transformação da via em calçadão, organizando os fluxos principais, estabelecendo, com elementos de piso, as faixas compartilhadas, faixas exclusivas de pedestres, faixa de mobiliário urbano, piso tátil e linha de captação de águas. Como a via foi fechada ao trânsito de passagem, a proposta para o controle do fluxo é a instalação de balizadores fixos e retráteis. Os balizadores retráteis serão comandados pelo usuário, através de leitura de placa ou do acionamento por cartão. Para qualificar a disposição e a coleta de lixo, foram dispostos ao longo do trecho de calçadão quatro conjuntos de lixeiras/papeleiras com separação de lixo reciclável e lixo comum e a instalação de lixeiras-contêineres nas extremidades do trecho. Para a drenagem superficial, foi instalado um sistema completo composto de canal oculto metálico e de canaleta feita de concreto polimérico. A organização da infraestrutura subterrânea também constituiu uma meta a ser atingida. Diante das dificuldades encontradas, a proposta foi deixar um grupo de dutos secos a fim de minimizar os impactos com expansões de rede de forma organizada.

Assim, chegou-se às soluções que poderão ser implementadas em outras áreas dos calçadões do Centro de São Paulo:

Iluminação

O projeto de iluminação foi desenvolvido pelo Departamento de Iluminação Pública do Município de São Paulo (Ilume), pertencente à Secretaria Municipal de Serviços, e previu 19 luminárias com lâmpadas LED alinhadas à faixa destinada à colocação de mobiliário. As luminárias instaladas permitiram o prolongamento das atividades de rua no início da noite e ampliaram a sensação de segurança.

Mobiliário

O mobiliário instalado é formado por bancos de diversos tamanhos, paraciclos, bituqueiras, papeleiras duplas e vasos. Os bancos, confeccionados em estrutura metálica e revestidos de madeira de boa qualidade, foram projetados para diversas formas de uso, permitindo ao usuário sentar-se e apoiar as costas, esticar as pernas, usar de forma individual ou coletivamente. Os bancos também contam com ombrelones, para o abrigo do sol, e argolas metálicas, para prender animais de estimação. As lixeiras e bituqueiras foram construídas com estrutura e revestimento metálico para terem mais durabilidade. Os paraciclos metálicos, assim como os vasos de concreto, compõem o conjunto do mobiliário.

Sete de Abril em números:

Área do projeto: 3160 m^2
Data do projeto: novembro 2014
Data da obra: setembro 2016

- Pessoas atendidas: 80pessoas / minuto nas horas de pico;
- Área de piso em blocos de concreto: 3160 m^2;
- 8 conjuntos de bancos de diversos tamanhos;
- 4 papeleiras;
- 19 novas luminárias;
- 8 novos vasos de plantas;
- 1 arvoreira para árvore existente;
- Novo Sistema de drenagem perfil L + Canaleta: 205m;
- Tampas realinhadas: 200.

REFORMA DA RUA SETE DE ABRIL

Foto 2016

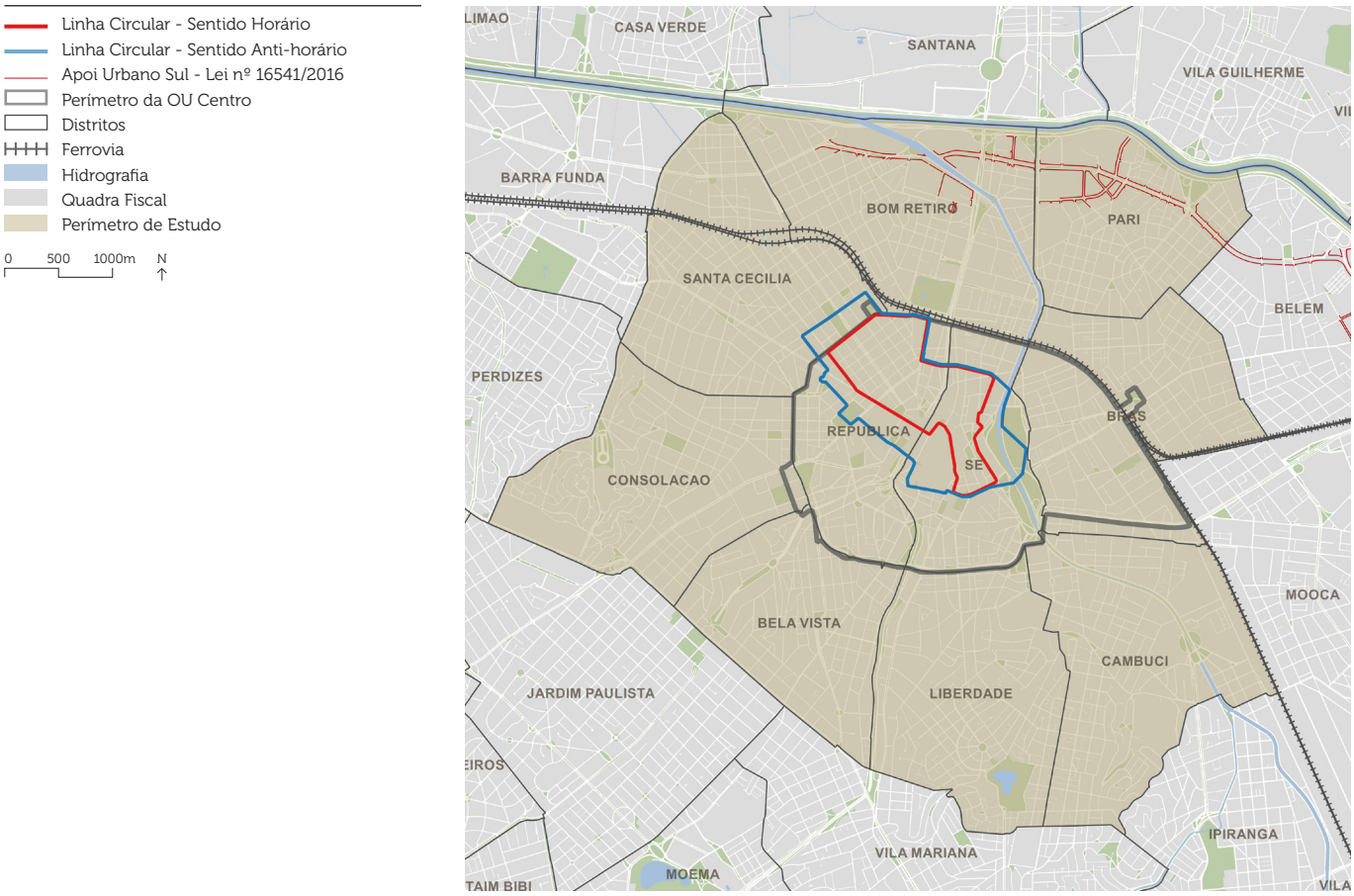
REFORMA DA RUA SETE DE ABRIL – DETALHE DO MOBILIÁRIO URBANO

Foto 2016

5.9. Centro Aberto Glicério – Reforma da Praça José Luis de Mello Malheiros.
Este projeto foi desenvolvido (porém não implantado) como suporte às ações sociais voltadas para as crianças da região. Com o objetivo de criar um espaço de lazer e integração social, a proposta para o Glicério é a requalificação da Praça José Luiz de Mello Malheiro, por meio da implantação do projeto desenvolvido pelo Centro Universitário Belas Artes: brinquedos e equipamentos de ginástica, arquibancadas e espaços de descanso e um grande brinquedo em relevo definido em conjunto com as crianças moradoras da região. Além da praça, é necessário efetuar melhorias nos trajetos, conferindo legibilidade e segurança aos percursos que interligam a praça com as áreas de moradia e com as escolas da região e particularmente na travessia sob o viaduto da ligação Leste-Oeste, entendendo-a como elemento integrador do bairro. Induzir à redução da velocidade do trânsito motorizado, para assim reduzir o risco de acidentes entre pedestres e automóveis.

PROPOSTA PARA A PRAÇA JOSÉ LUIS DE MELLO MALHEIROS REALIZADA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES – 2016

6. MOBILIDADE



6.1. Projeto de Linha Circular

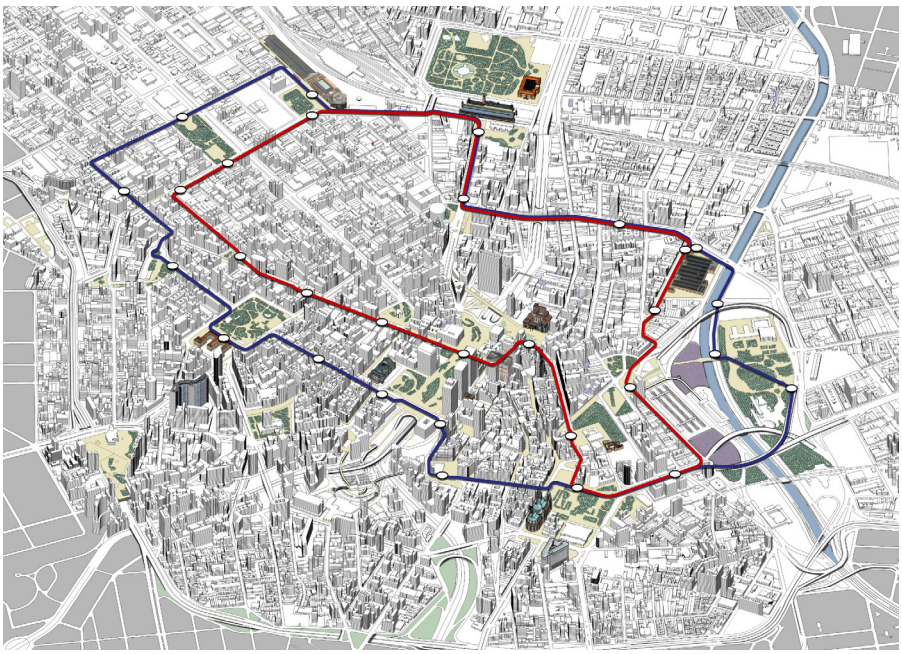
Projeto elaborado em 2017 pelo escritório Jaime Lerner, em parceria com o SECOVI SP, traz proposta de uma nova alternativa de mobilidade para a região central de São Paulo, um sistema de transporte circular no perímetro do centro histórico-turístico, ancorado nos principais elementos culturais, de paisagem urbana, espaços públicos e pólos comerciais.

O tipo de modal proposto aponta para um sistema VLP – veículo leve sobre pneus, proposto como um modal binário horário e anti-horário, acompanhado da requalificação dos passeios públicos e programa de identidade visual. Espera-se que sua implantação seja catalisadora de processos de renovação urbana no centro de São Paulo, que busca fortalecer a imagem do centro da cidade como símbolo da metrópole.

O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento.

PROPOSTA PRELIMINAR
PARA O TRAJETO DA LINHA
CIRCULAR CENTRO

Autoria: Jaime Lerner Arquitetos Associados. Imagem obtida da apresentação do escritório, datada em 21 de Julho de 2017.



6.2. Apoio Urbano Sul

O projeto viário do Apoio Urbano Sul, aprovado pela Lei nº 16.541/2016, é a consolidação de uma diretriz que já era apontada no Plano Diretor Estratégico de 2002. Sua elaboração em 2016 foi realizada à luz da análise do Território do Arco Tietê.

Sua concepção faz parte de um sistema mais abrangente, chamado Apoios Urbanos, um sistema estrutural leste-oeste, ao norte do Rio Tietê, chamado Apoio Norte, que cria uma importante estrutura de ligação, proporcionando conexão entre bairros que hoje só é possível através da Marginal Tietê.

Em consonância aos alinhamentos viários aprovados, o Projeto de Lei do Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê, encaminha à Câmara Municipal de São Paulo sob o nº 581 em 2016, condicionava incentivos e parâmetros urbanísticos ao desenvolvimento urbano estruturado em torno do eixo dos Apoios. Tal estudo visou garantir o desenvolvimento sustentável da porção do território de São Paulo, definido dentro da Macroárea de Estruturação Metropolitana, Setor I – Orla Ferroviária e Fluvial, subsetor Arco Tietê.

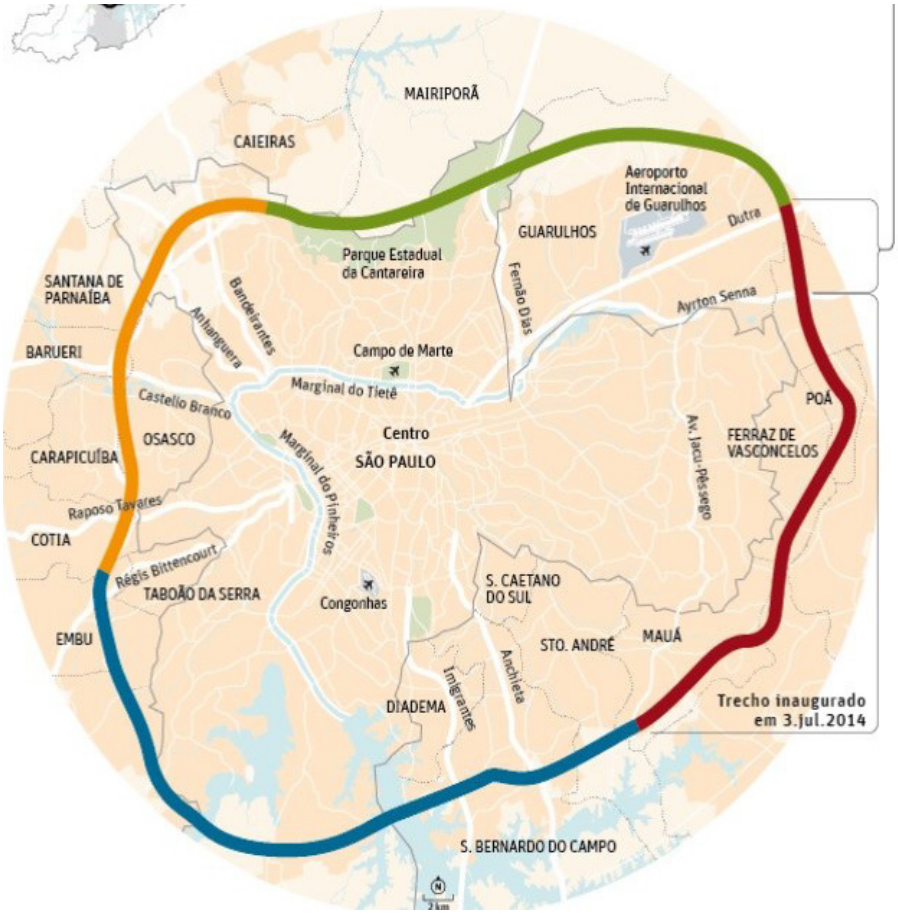
ENSAIO DA TRANSFORMAÇÃO
URBANÍSTICA DECORRENTE
DA IMPLANTAÇÃO DO
APOIO URBANO SUL

Caderno Ilustrado do Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê – Projeto de Lei nº 581/2016 - Página 89

6.3. Rodoanel Mário Covas

O Rodoanel Metropolitano de São Paulo, ou Rodoanel Mário Covas, é uma autoestrada de aproximadamente 180km, formada por duas pistas de seis faixas, em fase de construção ao redor do centro da Região Metropolitana de São Paulo. Interligam as rodovias que chegam a São Paulo, sendo elas: Bandeirantes, Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Anchieta, Imigrantes, Ayrton Senna, Fernão Dias e Dutra. O objetivo é eliminar o trânsito de passagem, caminhões que atravessam a cidade de São Paulo para chegar a seu destino, e que consequentemente sobrecarregam a rede viária do município, gerando congestionamentos. Outro objetivo é proporcionar melhora na qualidade do ar na Região Metropolitana, com redução de 6 a 8% de CO veicular, conforme indicado pelo Governo do Estado de São Paulo[9].

A obra é dividida em quatro trechos: Norte, Sul, Leste e Oeste, sendo que para sua finalização falta apenas o trecho Norte, que tem previsão de conclusão em 2018.



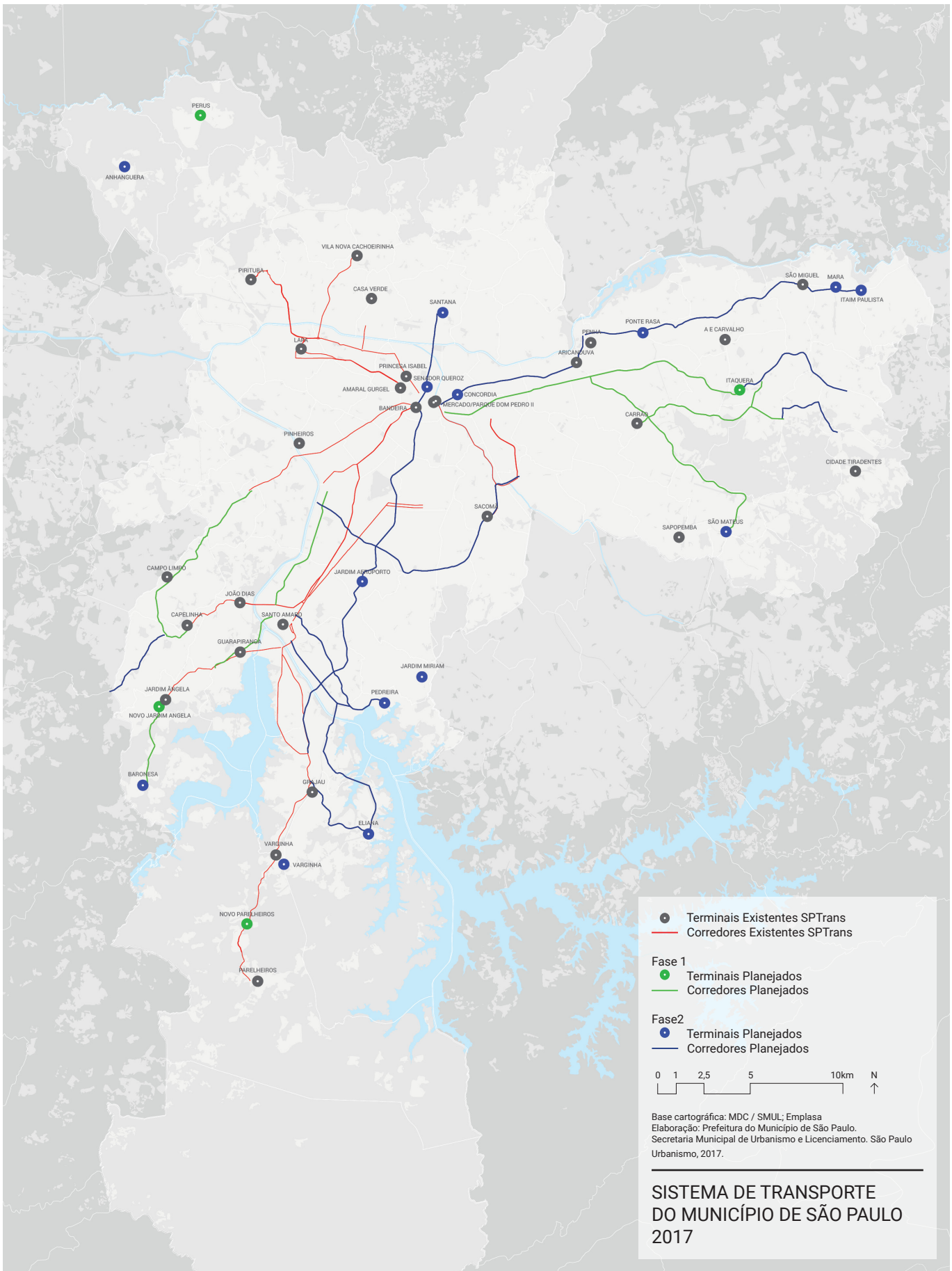
6.4. Corredores de Ônibus

A Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte, através da SPTrans – São Paulo Transportes S/A é responsável pela elaboração e planejamento da Rede de Mobilidade Urbana, estabelecendo metas de implantação de corredores de ônibus. No atual planejamento aponta-se para a execução de 105 km de corredores, correspondentes a Fase 1, e mais 132km correspondentes a Fase 2.

[9] Portal do Governo do Estado de São Paulo. DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A – Rodoanel Norte. http://www.dersa.sp.gov.br/empreendimentos/rodoanel-norte/ . Acesso em 12 de Agosto de 2017.

RODOANEL MÁRIO COVAS

http://www.dnit.gov.br/noticias/rodoanel-a-maior-obra-viaria-do-brasil. Acessado em 04 de Setembro de 2017.



Mapa do Sistema de Transporte do Município de São Paulo – 2017. Mapa apresentado no Caderno de Referência para Procedimento de Manifestação de Interesse Terminais de Ônibus. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desestatizacao/projetos/terminais_de_onibus_urbano/index.php. Acessado em 04 de Setembro de 2017.

6.5. PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) e PIU (Projeto de Intervenção Urbana) – Terminais de Ônibus

Para iniciar o Procedimento de Manifestação de Interesse, a Prefeitura de São Paulo, em sinergia com inúmeras secretarias municipais, lideradas pela São Paulo Parcerias, apresenta um conjunto de dados e subsídios, dispostos em uma publicação que compila informações sobre 23 Terminais de Ônibus indicados para concessão. O conteúdo traz informações pertinentes a respeito dos territórios nos quais os Terminais se inserem, dados demográficos, sociais e econômicos, considerados suficientes para, em um primeiro momento, proporcionar o conhecimento do contexto urbano e social onde cada terminal de ônibus opera.

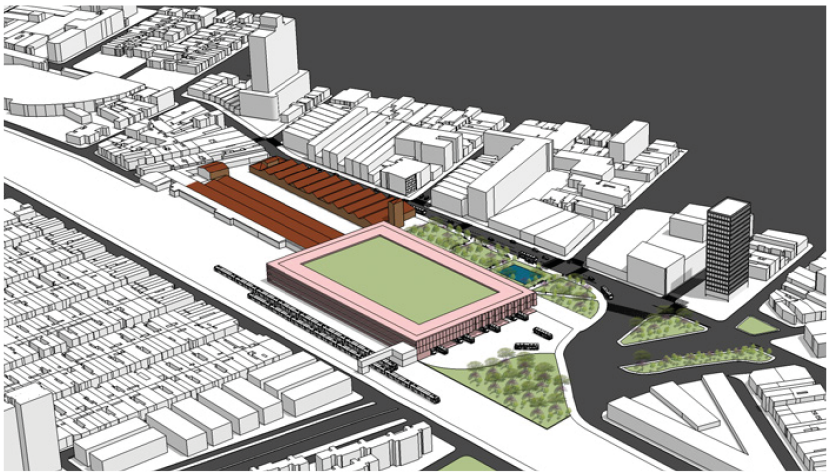
Neste processo também foram definidos Perímetros no entorno dos Terminais, em acordo com a Lei 16.211/2015, que deverão receber um Programa de Interesse Público.

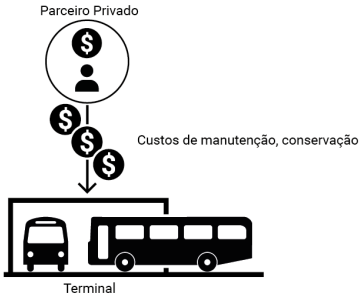
Para iniciar uma aproximação ao território foram escolhidos 3 Terminais, que foram estudados e apresentados em um Caderno de Referências do PIU - Projeto de Intervenção Urbana, elaborado pela São Paulo Urbanismo, contendo diagnóstico Sócio Territorial e Programa de Interesse Público.

Dentre os Terminais apresentados para Manifestação de Interesse e que se encontram dentro do perímetro de diagnóstico da Operação Urbana Centro estão: Terminal Princesa Isabel, Terminal D. Pedro II, Terminal Mercado, Terminal Bandeira e Terminal Amaral Gurgel.

As 3 dimensões de abrangência da lei, com seus ônus e bônus | Lei 16.211/2015 - Lei de Concessão de Terminais

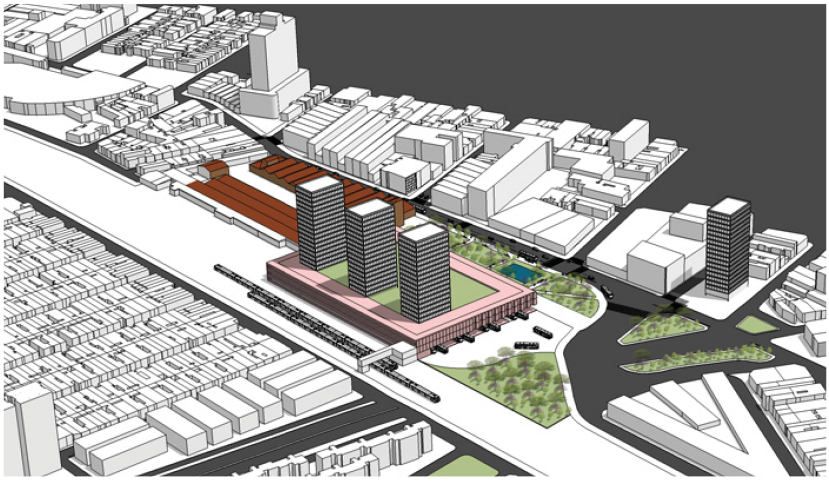
1. Terminal: Requalificação e exploração comercial

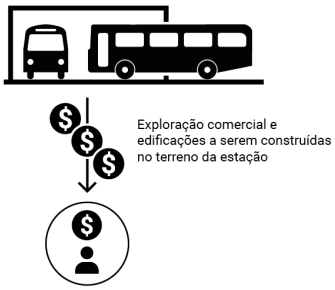




- Administração, manutenção e conservação de terminais de ônibus do Sistema de Transporte Coletivo Urbano
- Implantação de elementos do Programa de Interesse Público de responsabilidade do concessionário

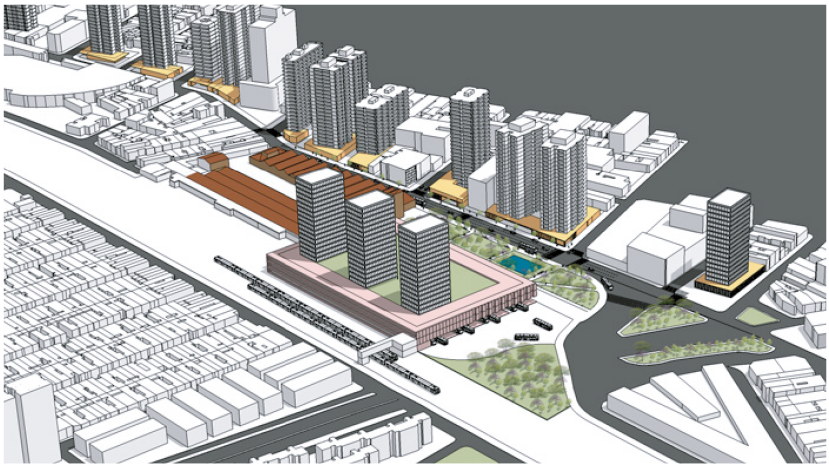
2. Terreno do terminal: Exploração comercial

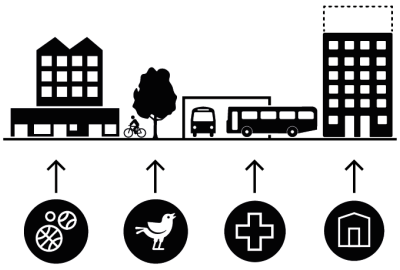




- Exploração comercial, direta ou indireta, de edificações a serem construídas no terreno do terminal

3. Território envoltório: requalificação e oportunidades de intervenção





- Requalificação Urbana
- Desenvolvimento do entorno do terminal em função da indução promovida pela implantação do terminal e reorganização do espaço público

6.6. Metrô – Linha 06

A linha 06 do Metrô, que fará a ligação da zona noroeste - partindo da Brasilândia, até à região central – Estação São Joaquim, foi licitada em 2013 em modelo de PPP – Parceria Público-Privada pura e vencida pelo consórcio Move São Paulo, formado pelas construtoras UTC, Queiroz Galvão e Odebretcht. Sua concessão tem prazo de 25 anos.

Formada por 15 estações, partindo da Estação Brasilândia, conecta-se na estação Água Branca às Linhas 7 – Rubi e 8 – Diamante da CPTM, à Linha 4 - Amarela na Estação Higienópolis-Mackenzie, e à Linha 2 – Azul na Estação São Joaquim. A previsão é que este sistema transporte 633 mil passageiros por dia.

Contudo, apesar de contrato assinado, as obras encontram-se paralisadas, aguardando um posicionamento do consórcio sobre a viabilidade de captação de recursos para a retomada das obras. Consequentemente o cenário de conclusão, em 2020, será impactado.

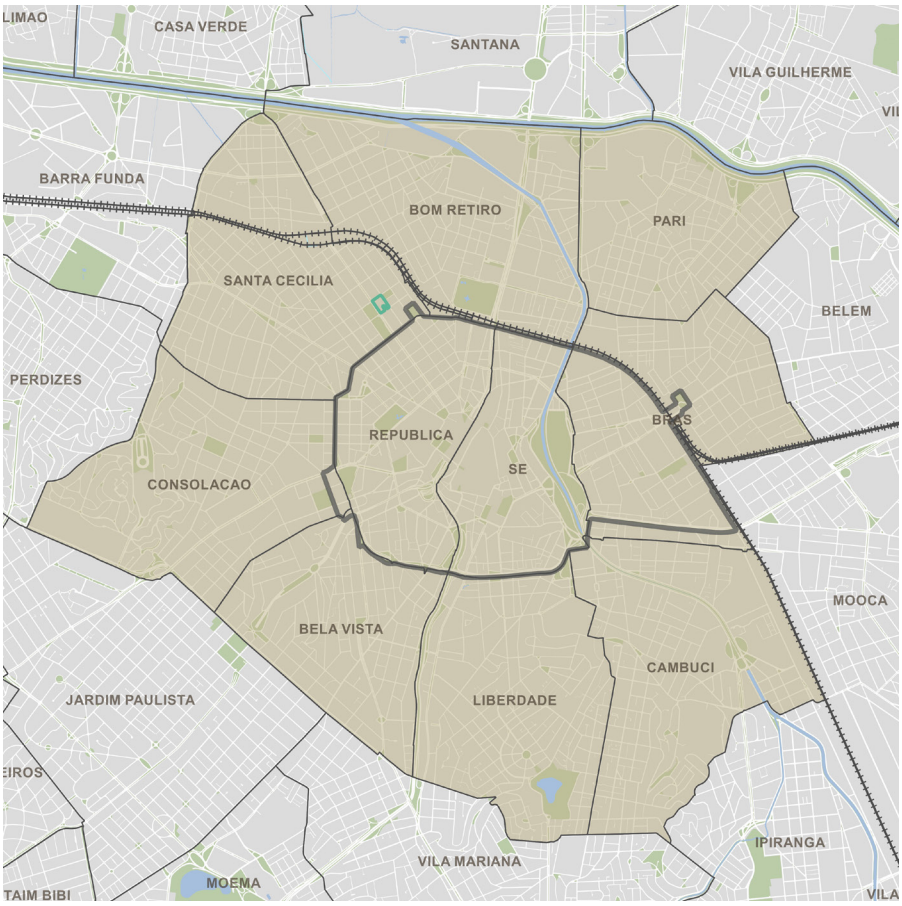
MAPA DA LINHA 6 DO METRO

http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1810499-sem-recursos-consorcio-suspende-obras-da-linha-6-laranja-do-metro.shtml. Acessado em 04 de Setembro de 2017.

7. SAÚDE

PPP Hospital Pérola Byington
Distritos
Perímetro da OU Centro
Ferrovia
Hidrografia
Quadra Fiscal
Perímetro de Estudo

0 500 1000m N



7.1. PPP – Parceria Público-Privada Hospital Pérola Byington

Parceria Público-Privada firmada em 01 de Setembro de 2014, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, prevê a construção da nova sede do Centro de Referência em Saúde da Mulher - Hospital Pérola Byington, que hoje se encontra em um edifício alugado na Rua Brigadeiro Luís Antônio.

Sua localização se dará na quadra 36, no quadrilátero formado pela Avenida Rio Branco, com as Alamedas Glete, Barão de Piracicaba e a Rua Helvetia. Terá 218 leitos, dos quais 22 de UTI, e 10 salas cirúrgicas. Irá oferecer, exclusivamente para as mulheres, atendimento ambulatorial, serviços de urgência e emergência, centro de diagnóstico por imagem, centro de reprodução assistida, unidade de cuidados paliativos, centro de referência para vítimas de violência sexual e tratamento especializado de câncer.